



<http://www.flip.pt/AcordoOrtográfico/TextodoAcordo/tabid/511/Default.aspx>

Desde 2007 que Os Colóquios da Lusofonia apoiam e debatem o Acordo Ortográfico. Aqui se mantém atualizado o que se escreve sobre o tema. [Leia este HISTORIAL aqui](#) com a seleção de notícias e opiniões. Compilação Chrys Chrystello, [Ler as Normas resumidas aqui](#)

**AS NOTÍCIAS SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990 DEIXAM DE TER PERTINÊNCIA A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2011 E POR ESSE MOTIVO ESTAS PÁGINAS SOBRE O AO AQUI FICAM COMO MEMÓRIA HISTÓRICA DO QUE PRECEDEU A SUA IMPLANTAÇÃO. SE NOVIDADES OCORREREM ELAS SERÃO PUBLICADAS NO BLOGUE DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA AICL, QUE É PRIVATIVO PARA OS SÓCIOS DA ASSOCIAÇÃO <INTERNACIONAL> DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA
VER WWW.LUSOFONIAS.NET**

POSIÇÃO OFICIAL DOS COLÓQUIOS SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO

Logo depois da independência do Brasil, os escritores diziam que não bastava uma independência política de Portugal, era preciso também uma independência cultural. Por isso, o Brasil nunca reconheceu a autoridade linguística de Portugal. As divergências ortográficas foram ocorrendo e, desde 1924, procura-se uma ortografia comum.

Em 1945, chega-se a um acordo de unificação, que se tornou lei em Portugal no mesmo ano. No entanto, como o Parlamento Brasileiro não o ratificou, a ortografia brasileira continua a ser regida pelas disposições de 1943.

Não faz sentido teimar em manter a obediência ao Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa, celebrado entre Portugal e o Brasil em 1945 (quando ainda não havia televisão a cores, telemóveis ou Internet), acordo esse recauchutado no final do marcelismo com a exterminação dos acentos nos advérbios de modo. O que distingue uma língua viva de uma língua morta é precisamente o facto de estar em permanente evolução. Seria um esforço inútil não reconhecer as mudanças. Por alguma razão, não falamos latim. São os utentes menos cultos que fazem evoluir as línguas, que tendem para a simplificação e para a contaminação da escrita pela oralidade. Num momento em que escolas neozelandesas já aceitam que os alunos usem nos testes a escrita abreviada das SMS, seria tolo Portugal persistir em manter-se alheado do segundo protocolo do novo Acordo Ortográfico.

O novo acordo, debatido desde 1986, culminou das negociações de especialistas incluindo Lindley Cintra, Malaca Casteleiro, Lurdes Belchior, Fernando Cristóvão e António Houaiss, e foi assinado pela primeira vez em 1990, por sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Devia entrar em vigor em dezembro de 1994, mas só Portugal e o Brasil ratificaram o acordo. Quatro anos mais tarde, em 1998, um protocolo modificativo definiu que o acordo entraria em vigor assim que assinado pelos sete países. Só Portugal e o Brasil voltaram a ratificar.

Em 2004, um segundo protocolo modificativo não estabeleceu data para a entrada em vigor, mas deixou claro que bastava ser ratificado por três países. Brasil, Cabo Verde e S.Tomé e Príncipe ratificaram. Portugal fez compasso de espera. Uma das questões que se me põem é por que é que a origem popular de certas palavras da nossa língua só pode ser válida se ocorrer no "jardim à beira-mar plantado", onde só habitam 3,33% dos 300 milhões de lusófonos. Temos de compreender que, a nível internacional, não há futuro para a língua portuguesa sem o Brasil. E está o Brasil empenhado em fazer do português um instrumento de afirmação externa? Não esteve, mas começa a estar. O Brasil está a começar a perceber que um instrumento fundamental para a afirmação de um poder à escala regional ou mundial é a afirmação de uma língua. Ora se o português é a quarta língua, em termos culturais, a nível mundial, pois não tem as limitações geográficas do russo, do chinês ou do hindu, significa que tem uma capacidade única de se afirmar e nada melhor do que através dum acordo que reconhece as diferenças e afirma as similaridades.

*O grande mestre gramático **Evanildo Bechara**, patrono dos Colóquios Lusofonia diz que além de regras, a língua portuguesa têm variações: a escrita, a falada, a exemplar, a culta, a formal, a informal, etc. O certo, no caso, é ser 'poliglota na própria língua, que deve ter desde o domínio da escrita de um texto formal até a consciência a respeito de uma conversa com um analfabeto. Muita gente pensa que a língua é unitária, homogênea, sem variedades.' A ocasião faz o falante. Essa coisa que parece óbvia não é*

simples: a língua deve ser usada de acordo com a vontade efetiva de fazer entender-se. 'O uso reflexivo da língua é uma exigência da boa transmissão de ideia.'

Embora tenha incorporado novidades dos estudos linguísticos, como as teorias do romeno Eugénio Coseriu e a distinção entre diacronia e sincronia, proposta pelo francês Ferdinand Saussure, a lição da sua gramática é a mesma em mais de 40 anos: um professor não pode se restringir a ensinar a diferença entre sujeito e predicado. Tem de ensinar os efeitos da consciência desse saber no uso quotidiano da língua. O emprego das habilidades linguísticas, Bechara alerta, transita entre os polos da liberdade e da opressão. Língua é poder.

Ou mais do que isso. 'A troca da sua língua é quase igual à troca da sua própria alma, segundo dizia Gaston Paris, um filólogo francês do século 19.' Um gramático tradicional, mas nunca um purista, Evanildo Bechara preocupa-se com a língua exemplar, a da gramática, cuja fonte está nas obras de escritores consagrados. Ele afirma continuar forte a ideia de que é possível escrever como se fala. A consequência de tal pressuposto é a valorização da língua falada em detrimento da escrita. A língua exemplar não pode cair na mão de pessoas despreparadas, que ditam lições inventadas em 'consultórios gramaticais', como as secções de jornais nas quais se discutem dúvidas elementares, para preencher as lacunas que os leitores trazem do sistema educacional brasileiro.

Já o outro patrono dos Colóquios da Lusofonia em Bragança e nos Encontros Açorianos da Lusofonia, o linguista João **Malaca Casteleiro** afirma que "vivemos numa «aldeia global», onde a alfabetização é cada vez mais importante, e a simplificação da ortografia seria uma ótima solução para tornar o processo de alfabetização mais fácil e eficiente. É muito mais fácil para uma criança aprender a escrever ação sem c, ou ótimo sem p, e não seria tão grande o sacrifício para um adulto que já sabe ler e escrever".

É extremamente importante que os falantes do Português de vários países sejam alfabetizados e a alteração que o novo acordo propõe vem ao encontro desta necessidade. Hoje vive-se uma fragmentação da Língua Portuguesa. Tendemos a limitar o Português a Portugal e aos países de Língua oficial Portuguesa mas em Angola, 40% já reconhecem o Português como língua materna, quando em 1992 eram apenas 12 por cento. Há 20 anos que se discute o novo acordo ortográfico da língua portuguesa e eu continuo a ouvir dizer que deveríamos respeitar a ortografia "natural" de cada país. O que isto tem de extraordinário é as pessoas acreditarem que a ortografia é "natural".

Pois bem, não só a ortografia não é "natural" como a intenção é precisamente a de não acompanhar a naturalidade com que se fala. Se assim fosse, os portugueses escreveriam "Puârto" e os lisboetas "Ljboa". Os cariocas não escreveriam "boa noite" mas "boa noitchi". Não há nada de errado em a ortografia ser uma norma "artificial": é para isso que ela existe. A ortografia oficial serve para se usar em documentos oficiais. Certamente expandir-se-á para outros usos, por inércia ou pragmatismo, mas que tem isso de mal? Fernando Pessoa continuou a escrever "monarchia" em vez de "monarquia" muito depois da reforma de 1911 e não veio daí mal ao mundo. Tal como na blogosfera já existem portugueses e galegos a escrever segundo o acordo antes de ele entrar em vigor. Outra das coisas se dizem erroneamente são os argumentos protecionistas de que o acordo ortográfico vai permitir aos brasileiros entrar no mercado dos livros escolares em África. E a pergunta que faço é: em que mercado é que as editoras portuguesas entraram? Em Angola ou Moçambique para onde mandam os monos que cá não conseguem vender ou obras fora de prazo? Se a África lusófona, que precisa de livros e alfabetização, for inundada de edições brasileiras baratas numa ortografia comum, isso é bom para os africanos em primeiro lugar, e eu fico contente por eles. E se as editoras portuguesas, que aliás são cada vez mais detidas por espanhóis e outros estrangeiros, não tiveram tempo para se adaptar a um acordo ortográfico que há 15 anos se sabe que vem aí, então estamos pior do que eu pensava. Chrys Chrystello Maio 2008.

"Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe *syntaxe*, não quem escreve em *orthographia* simplificada, mas a página mal *escripta*, como pessoa própria, a *syntaxe* errada, como gente em que se bata, a *orthographia* sem ípsilon, como escarro *direto* que me enoja independentemente de quem o cuspiisse." Fernando Pessoa, no Livro do Desassossego, a propósito da Reforma Ortográfica de 1911

O novo corretor ortográfico assinalou a amarelo os erros mas o sentido das palavras de **Fernando Pessoa** continua fácil de entender mesmo com a velha *orthographia* e *syntaxe*.

Sempre houve e haverá argumentos pró e contra as Reformas e os Acordos; mas a língua é um organismo vivo com a sua própria evolução. Poucos hoje seriam capazes de ler um texto original do século XV ou XVI. Como já o dissemos, repetidas vezes, o principal problema dos portugueses (muitos) é reivindicarem algo que não é seu: a língua, que espalharam pelos quatro cantos do mundo sem olhar a raças, cor, religião ou credo. Os nossos filhos usarão o novo (?) Acordo de 1990 e proporão novos acordos relegando palavras a arcaísmos e criando novas, revitalizando outras.

Acrescento (dezembro 2009-março 2010), pouco ou nada mudou e não se institucionalizou o uso do novo acordo em Portugal. Um bom sintoma é a introdução das novas normas na agência noticiosa oficial LUSA que vai "forçar" alguns oragos de informação a aceitarem as novas normas sob risco de perderem tempo a revertê-las para o anterior acordo. Tergiversam os ministros e as ministras, adiam, postergam, como se a língua de todos nós pudesse esperar mais tempo. Alegam manuais e outras coisas mais tentando satisfazer os insatisfeitos e deixando insaciados os que aceitam as novas normas. As vozes discordantes pululam, como sempre, a mudança é alérgica ao gene português europeu. Ouvem-se os mais díspares disparates e aleivosias contra o Acordo, alguns jornais ajudam, pois serve para aumentar a circulação e manter viva a chama portuguesa dum "patriotismo" mais "patrioteiro" que qualquer nacionalismo bacoco. Ninguém protesta contra os milhares de erros ortográficos e de atropelos à gramática nos jornais, na TV, nas legendas de filmes e em toda a sociedade em geral, com o excelente exemplo dado por ministros analfabetos. Com isso ninguém se preocupa desde que se não mexa na

ACORDO ORTOGRÁFICO [as notícias sobre o Acordo ortográfico aqui](#) Nós seguimos a ortografia do AOLP 1990

"NOSSA" língua portuguesa. Nós iremos continuar, nos colóquios, a pugnar pela imediata introdução das reformas a todos os níveis na língua de todos nós e não dos portugueses.

Corretor FLiP8

Boa tarde,

Escreve em Português, certo? E está a usar o Novo Acordo Ortográfico, ou escreve como sempre escreveu?

Também escreve em algum destes idiomas: Inglês? Francês? Espanhol? Alemão? Italiano?

Se escreves em qualquer um dos 6 idiomas acima, este novo produto é importante para si.

Acabou de sair o novo FLiP8! Esta é a mais recente, e mais completa versão, do melhor corretor ortográfico e gramatical existente para Português. Para além disso ainda pode também corrigir a sua escrita nos outros idiomas referidos. Mas há mais...

Pode escolher o nosso Português ou o Português do Brasil, e para ambos, pode escolher as regras do Novo Acordo Ortográfico, ou manter as regras com que sempre escreveu.

O FLiP8 integra-se com o Microsoft Office, com o OpenOffice, e com muitas outras aplicações, mas inclui também um editor de texto próprio, caso necessite. Integrando-se com os dois produtos acima, virtualmente qualquer pessoa consegue usar o FLiP8 sem ter de mudar nada. Mas o FLiP8 ainda faz mais coisas:

Inclui conjugador de verbos tanto para Português como para Espanhol. Inclui dicionários temáticos para que possa usar linguagem específica em diversas áreas como por exemplo Artes, Ciências da Saúde, Ciências Exatas, Ciências Sociais, etc. Embora o FLiP não seja um software de tradução, ainda assim inclui "auxiliares" que facilitam esse trabalho, caso seja necessário. Tem também um conversor de textos para o Novo Acordo Ortográfico, permitindo-lhe converter documentos inteiros de forma muito rápida.




Qualquer uma das características acima, só por si e em separado, valia mais de 50 euros, o que levaria a que um produto deste género pudesse custar facilmente mais de 200 euros. No entanto o FLiP8 tem um preço muito inferior.

Por apenas € 51,30 (+IVA) tudo isto pode ser seu. E se o FLiP for usado em ambiente doméstico, por estudantes ou famílias, uma só licença do FLiP8 pode ser instalada em até 3 computadores, ficando o preço por computador muito baixo. A versão integral do FLiP8 pode ser comprada em formato eletrónico (em <http://www.sectorzero.pt/flip>), ou numa caixa tradicional com CD. O formato eletrónico fica mais barato porque não terá de pagar despesas de entrega e é entregue instantaneamente por correio eletrónico. Se tiver o FLiP5, 6, ou 7 pode comprar a versão de upgrade (apenas em formato eletrónico), e fica ainda mais barato. Se tem uma versão anterior ao FLiP5 então terá de comprar a versão "completa". Recomendamos que faça a sua encomenda em formato eletrónico, mas se não quiser fazer o pagamento online com um cartão de crédito, telefone-nos para o 210-300-300 para poder pagar com uma referência Multibanco ou por transferência bancária. Telefone-nos também se quiser comprar mais do que uma unidade para lhe podermos dar o desconto correspondente. Se tiver alguma questão, telefone 210-300-300 ou contacte-nos pelo email ventas@sectorzero.pt. Faça já a sua encomenda do FLiP8: <http://www.sectorzero.pt/flip> e tenha o produto consigo em poucos minutos. Caso tenha alguma dificuldade, com a compra, telefone-nos. Cumprimentos, Fernando Santos SECTOR ZERO, SA - Especialistas em Software <http://www.sectorzero.pt> Tel: 210-300-300

Lince - conversor para a nova ortografia

Apresentação

O Lince é uma ferramenta de apoio à implementação do [Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa](#) que converte o conteúdo de ficheiros de texto para a grafia neste momento a ser introduzida em vários países do espaço da CPLP. Suporta vários formatos e permite converter em simultâneo um número elevado de ficheiros de qualquer dimensão. Pode ficar a saber mais acerca do Lince na [página de apresentação detalhada](#). Para usar a aplicação, que é gratuita e de distribuição livre, escolha o instalador adequado:

-  [Windows](#)  [Mac OS X](#)  [Linux](#) O Lince exige Java em versão 1.5 ou superior, que pode



descarregar [aqui](#).



HISTORIAL DE NOTÍCIAS (A FAVOR E CONTRA O ACORDO) MAS TODAS NA NOVA ORTOGRAFIA DO AO 1990

Notícias a partir de 1 de maio 2010:

1) *Maioria dos jornais portugueses adopta Acordo Ortográfico em 2011 3 0 . 1 2 . 1 0*



A generalidade dos jornais portugueses adotarão o novo Acordo Ortográfico a partir do próximo ano, com o Público a permanecer inalterável na decisão de não aderir ao novo modelo.

Sol, DN, JN, i e A Bola são títulos que adotarão o novo acordo durante 2011. Atualmente, o semanário Expresso e o desportivo Record são os jornais cujos textos já seguem o novo Acordo Ortográfico, que se encontra também já em vigor no mundo dos media na agência Lusa e na revista Visão, por exemplo.

O semanário Sol aplicará o acordo aquando do quinto aniversário, na edição de 16 de setembro, disse fonte da direção. Já o desportivo A Bola, garantiu o diretor **Vítor Serpa**, aplicará o acordo quando se iniciar o ano letivo, em outubro, período que será também o da aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo.

Menos concretas são as metas de outros títulos. No caso do DN "não há decisão tomada" para a adoção do acordo, garantindo o diretor **João Marcelino** que o jornal "vai utilizar a data limite" e o processo de transição até à passagem para os documentos oficiais.

No JN, por seu turno, "estão a ser dar passos" para a introdução em 2011, embora o diretor **José Leite Pereira** não avance ainda com uma meta. O desportivo O Jogo, do mesmo grupo (Controlinveste), não tem também um prazo concreto para começar a escrever com o novo Acordo Ortográfico.

"Algures durante 2011" é a projeção que **Manuel Queiroz**, diretor do i, faz para a aplicação do acordo no diário do grupo Lena.

Caso diferente é o do Público, que desde um editorial de dezembro de 2009 declarou que não iria colocar em prática o Acordo Ortográfico, contestando as alegadas vantagens de uma norma global para o português escrito.

Contactada pela agência Lusa, a diretora **Bárbara Reis** reiterou a posição do jornal asseverando que o Público levará "até ao limite" a sua posição.

O Correio da Manhã, da Cofina, começou a adoção ao novo acordo em 2009, e a ideia, explicou fonte oficial da Cofina, é "aderir paulatinamente" ao Acordo Ortográfico.

Nos económicos, o Jornal de Negócios (Cofina) não tem ainda uma decisão formada, sendo este um assunto "em agenda". No entanto, explicou o diretor adjunto **João Cândido da Silva**, o título deverá aderir "provavelmente algures em 2011" ao acordo.

O Diário Económico, por sua vez, anunciou no começo do ano que iria adotar o acordo ortográfico em 2010, com o diretor **António Costa** a considerar então que o processo devia ser "discutido com a redação".

O responsável do jornal detido pela Ongoing, contactado pela Lusa, remeteu detalhes sobre a entrada do acordo ortográfico no jornal para mais tarde.

No que refere às televisões, a aplicação do Acordo Ortográfico está dependente de um entendimento comum entre os operadores, o que até ao momento ainda não se verificou.

Leia no [Destak](#)

Publicado pela Embaixada de Portugal - Brasília em [30.12.10](#)

2) [ACORDO ORTOGRÁFICO QUE NÃO É ACORDO](#)

<http://clubedospensadores.blogspot.com/2010/12/acordo-ortografico-que-nao-e-acordo.html>

17 de dezembro de 2010



Não iria perder mais tempo com este tema já explicitiei várias vezes os meus argumentos sobre este assunto. Irritou-me ler ontem no Público que já há problemas com o conversor Lince para o acordo ortográfico. Mas o meu amigo Mário Russo sendo professor no IPV, mas engenheiro não professor de português, gosta de falar do alto da sua cátedra de professor, nada que eu não esteja habituado. Em 1911, a tentativa de unificação da língua falhou sem a participação do Brasil que não acatou essa reforma. Durante todo o séc.XX foram várias as tentativas, entre Portugal e o Brasil, para se chegar a uma ortografia comum. Essas tentativas ocorreram em 1931,1943,1945, 1971/73, 1986 e 1990. Nestas últimas tentativas participaram já os novos países africanos, emergentes da descolonização portuguesa. As diferenças com o Brasil vão continuar, digo eu, e diz Inês Pedrosa: « o acordo não vai unificar nada, estão a substituir umas diferenças por outras».

Acho que não nos vamos entender melhor e tem custos económicos que poderiam ser aplicados em aumentar o conhecimento que temos uns dos outros (países lusófonos). A maior parte das pessoas em S. Paulo nem sabe o que é Moçambique. Quando o acordo entrar em vigor nas escolas o que se vai fazer com centenas de milhares de livros? Terão que ser substituídos.

O argumento para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional cai por terra. A língua inglesa que não tem qualquer acordo a regê-la, o inglês não precisa de unidade ortográfica para que as suas variantes britânica, americana ou australiana sejam inteligíveis. A vivacidade do inglês está nas suas variantes e não haver regras rígidas. Este acordo não serve para nada e cria conflito com a tradição ortográfica portuguesa desnecessariamente. Não se trata de medo da mudança ou conservadorismo trata-se antes demais de respeito pela tradição ortográfica baseada na etimologia e na História da nossa língua. Os brasileiros vão fazer menos alterações do que os portugueses e somos nós que vamos aproximarmo-nos da escrita deles. Vão continuar a escrever cômico e não cômico, judô e não judo, etc.

Não aceito isso, não me podem obrigar a adoptar uma ortografia que não se justifica e não é uma necessidade premente. Podem ser simplificadoras mas não são uma necessidade de uso. A ortografia é a parte mais artificial de uma língua e rege-se pela etimologia. O acordo de 1990 por exemplo mantém algumas grafias, com o "h" inicial, por exemplo. Corre na net um abaixo assinado contra o acordo ortográfico, a ideia é reunir 35000 assinaturas para tentar travar este acordo. Não vou escrever "ótima seleção", mas sim ótima seleção. Não vou escrever "creem" mas sim crêem, heroico mas heróico, pera mas pêra, joia mas jóia. Vou usar sempre o hífen e escrever há-de e não ha de, anti-depressivo e não antidepressivo. Vou continuar a escrever sector e não setor, característica, e não, caraterística. Os meses do ano sempre com maiúscula, Janeiro e não janeiro, etc. Desculpem sou português e defendo a minha língua e como me a ensinaram. Não tentem na secretaria mudar algo que não serve para nada. Esta unificação é ilusória. Quando se muda não quer dizer que se vá para melhor. Deixemos que a língua evolua naturalmente. Veja-se que estamos no euro mas continuamos muitos de nós ainda a falar em escudos, respeitemos o nosso passado.

Um episódio exemplar como nunca haverá unificação de coisa nenhuma. Um dia, em Portugal, o brasileiro Ruy Castro, autor do livro Carnaval no Fogo teria dito à sua secretária: «Isabel, por favor, chame o bombeiro para consertar a descarga da privada». Perante o espanto da Isabel, teve que ser ajudado por um amigo que fez a "tradução": «Isabel, por favor, chame o canalizador para reparar o autoclismo da retrete». JJ

PS DO CHRYS CHRYSTELLO: NÃO RESISTI: MANDEM ESTE SUJEITO PELA DESCARGA DA PRIVADA, MAS NÃO DA MINHA. PODIA AO MENOS RESPEITAR A PONTUAÇÃO E O ESPAÇAMENTO ENTRE PALAVRAS... ERA TRADIÇÃO NO MEU TEMPO.

- 3) ***O Parlamento decidiu hoje, por unanimidade, aplicar o novo Acordo Ortográfico a partir de 1 de janeiro de 2012, adotando o vocabulário do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC).***



Esta decisão foi tomada através da aprovação de um projeto de deliberação do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

"A partir de 1 de janeiro de 2012 a Assembleia da República passará a aplicar a ortografia constante do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em todos os seus atos legislativos e não legislativos, bem como nas suas publicações oficiais e instrumentos de comunicação com o exterior", lê-se no projeto de deliberação de Jaime Gama. Segundo o projeto do fundador do PS e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, "o vocabulário da língua portuguesa a adotar pela Assembleia da República é o produzido pelo ILTEC, subsidiado pelo Fundo da Língua Portuguesa". "Os documentos apresentados na grafia anterior ao Acordo, durante o período da moratória, serão transformados na nova grafia através da utilização de um 'software' específico de conversão de texto, o Lince, desenvolvido pela Fundação da Ciência e Tecnologia e disponibilizado gratuitamente", estabelece o projeto do presidente da Assembleia da República, referindo que "este conversor foi produzido com base no vocabulário que será adotado e produzido pelo ILTEC". O mesmo projeto prevê que os postos de trabalho no Parlamento sejam equipados "com um corretor ortográfico e um dicionário que reflitam as alterações da língua portuguesa decorrentes do Acordo Ortográfico" e que esteja disponível na intranet da Assembleia da República um "tutorial" que explique "as alterações linguísticas que irão ocorrer quando for adotado o novo acordo". Para facilitar a conversão de texto para a nova grafia, prevê-se que a partir de março de 2011 a circulação de perguntas e requerimentos dos deputados, com exceção das respostas dos que são dirigidos à Administração Central, seja "unicamente eletrónica".

4) Concorrência questiona escolha do Governo para conversor do novo acordo ortográfico

O conversor informático Lince e o Vocabulário Ortográfico do Português do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) elaborados com base no novo Acordo Ortográfico, que o Governo decidiu adotar e que o presidente do Parlamento propôs que também seja usado na AR, estão a ser contestados

pela concorrência, porque contêm erros. O Lince e outros três conversores existentes no mercado foram já analisados pela Universidade do Minho e o escolhido agora como "oficial" terá acabado mesmo por ser considerado o pior dos quatro. O conversor Lince é gratuito, pode ser descarregado na página do ILTEC e permite converter ficheiros informáticos para a nova grafia. O vocabulário está disponível no Portal da Língua Portuguesa e permite a pesquisa de palavras e expressões. "Não está determinado em lado algum do Acordo que os governos têm que decidir qual a ferramenta informática de conversão que deve ser adotada - é como impor qual o programa de texto ou de faturação que um país deve usar", critica Carlos Amaral, administrador da Priberam, empresa que tem também ferramentas informáticas do mesmo género. Carlos Amaral questiona ainda o tipo de avaliação que foi feita, quem a fez ("que professores, linguistas e académicas participaram?") e o resultado para se escolher o conversor e o vocabulário. Sobretudo porque o conversor faz substituições com erros e no vocabulário encontram-se palavras mal escritas, como é o caso de "benfeito", "para-queadas", "água-ardente", "beirãos" e até "para-choquess", enumera. O PÚBLICO tentou obter um comentário da ILTEC, mas tal não foi possível até ao fecho desta edição. O ILTEC é uma parceria da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e as universidades de Lisboa e Nova. "Como se pode decidir usar programas com tais problemas nas escolas e no Diário da República? Não são minimamente fiáveis", aponta Carlos Amaral. Este vocabulário, "sendo considerado de referência, deveria estar impresso, mas está apenas disponível na Internet, como portal de pesquisas", afirma, acrescentando que poderá haver "muitos mais erros que só se perceberão consultando cada uma das milhares de palavras". "Percebo que um governo não queira deixar nas mãos de uma entidade privada a tarefa de definir o vocabulário de um país, mas é preciso assegurar a qualidade e não olhar apenas ao preço", afirma o administrador da Priberam. E contesta ainda a duplicação de esforços e despesas por parte do Estado, lembrando que a Academia das Ciências, que é quem tem competência para elaborar um vocabulário ortográfico, já o está também a fazer. O desenvolvimento do Lince foi totalmente financiado pelo Fundo da Língua Portuguesa. O preço até nem seria aqui a questão primordial, já que tanto a Porto Editora como a Priberam têm conversores gratuitos disponíveis na Internet. Os conversores destas duas empresas, assim como o Lince e o Bigorna, desenvolvido pela Universidade do Minho, foram já objeto de comparação por parte desta instituição e Amaral afirma que o escolhido pelo Governo ficou classificado em último lugar.

5) Editoras Portuguesas Aplicarão o Acordo Ortográfico

Segundo o DN PORTUGAL, ontem foi anunciada a aplicação da nova grafia no ano letivo de 2010/2011 pelo Conselho de Ministros, e Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL) garante que as editoras já estão prontas para enfrentar o desafio. Em setembro de 2011, quando as aulas arrancarem, muitos alunos já terão manuais escolares escritos na nova ortografia. Paulo Feytor Pinto, presidente da Associação dos Professores de Português (APP), lembra que já estamos em fase de transição e que a convivência com duas ortografias ainda levará tempo. É bom lembrar que a nova ortografia já vale em Portugal desde 1º de janeiro de 2009.

6) Sexta-feira, 10 de dezembro de 2010 Acordo ortográfico provoca obesidade



7) 9 dezembro 2010 Resolução do Governo Acordo ortográfico aplicado no ensino já em 2011/2012

por Lusa 2010-12-09 Hoje http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1731079

1731079

O Governo aprovou hoje uma resolução que determina a aplicação do acordo ortográfico da língua portuguesa no sistema educativo no ano letivo de 2011/2012 e na administração pública a partir de 01 janeiro de 2012.

Esta resolução, que também adota o vocabulário ortográfico do português - disponível no site www.portaldalinguaportuguesa.org - foi apresentada em Conselho de Ministros pelo titular da pasta da Presidência, Pedro Silva Pereira.

"Está a decorrer um período de transição de seis anos para a plena aplicação do acordo ortográfico. Hoje, importantes órgãos de comunicação social já operaram a sua adaptação ao acordo ortográfico", começou por salientar o ministro da Presidência.

Na resolução agora aprovada, fica previsto que o acordo ortográfico se aplicará "a partir do ano letivo de 2011/2012". "A partir de 01 de janeiro de 2012, o acordo ortográfico será aplicado no próprio Diário da República eletrónico e em toda a atividade do Governo e dos serviços dependentes da administração pública", acrescentou Pedro Silva Pereira.



8) **Jaime Gama quer que o Parlamento aplique o novo Acordo Ortográfico a partir de 2012**
30.11.2010 - 18:11 Por Lusa

O presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, quer que o Parlamento aplique o novo Acordo Ortográfico a partir de 1 de janeiro de 2010, adotando o vocabulário do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC). Jaime Gama apresentou um projeto de deliberação com este objetivo, que foi hoje agendado para a sessão plenária de 15 de dezembro, anunciou a porta-voz da conferência de líderes parlamentares, a deputada do PS Celeste Correia.

Segundo Celeste Correia, hoje à tarde, na conferência de líderes, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Jorge Lação, informou que o Governo tenciona também apresentar uma iniciativa para aplicação do novo Acordo Ortográfico, que poderá ser debatida na mesma data.

No seu projeto de deliberação, Jaime Gama propõe que se decida que "a partir de 1 de janeiro de 2012 a Assembleia da República passará a aplicar a ortografia constante do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em todos os seus atos legislativos e não legislativos, bem como nas suas publicações oficiais e instrumentos de comunicação com o exterior".

De acordo com a proposta do fundador do PS e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, "o vocabulário da língua portuguesa a adotar pela Assembleia da República é o produzido pelo ILTEC, subsidiado pelo Fundo da Língua Portuguesa".

"Os documentos apresentados na grafia anterior ao Acordo, durante o período da moratória, serão transformados na nova grafia através da utilização de um 'software' específico de conversão de texto, o Lince, desenvolvido pela Fundação da Ciência e Tecnologia e disponibilizado gratuitamente", propõe o presidente da Assembleia da República, referindo que "este conversor foi produzido com base no vocabulário que será adotado e produzido pelo ILTEC".

Jaime Gama quer que os postos de trabalho no Parlamento sejam equipados "com um corretor ortográfico e um dicionário que reflitam as alterações da língua portuguesa decorrentes do Acordo Ortográfico" e que esteja disponível na intranet da Assembleia da República um "tutorial" que explique "as alterações linguísticas que irão ocorrer quando for adotado o novo acordo". Para facilitar a conversão de texto para a nova grafia, o presidente da Assembleia da República propõe que a partir de março de 2011 a circulação de perguntas e requerimentos dos deputados, com exceção das respostas dos que são dirigidos à Administração Central, seja "unicamente eletrónica". De acordo com Celeste Correia, a este propósito alguns partidos observaram que atualmente é mais demorado o processo por meio eletrónico do que fazer as perguntas e requerimentos da forma tradicional, utilizando o papel.

No seu projeto de deliberação, Jaime Gama refere que o novo Acordo Ortográfico "foi aprovado pela resolução da Assembleia da República n.º 35/2008" e que "a Assembleia da República está vinculada a aplicar o Acordo Ortográfico entre o passado dia 17 de setembro e 13 de maio de 2015".

9) **APLICAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO EM MOCAMBIQUE ATRAVÉS DA UAB**

08.11.2010 | Atualizado em 08.11.2010 - 22:24 **Redação CORREIO**

http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/de-mocambique-lula-cobra-empenho-de-obama-em-reforma-do-conselho-de-seguranca/?utm_source=direct&utm_medium=iFrame&utm_campaign=iBahia-mashup&cHash=d8afd00e593e3778a308e39dad0293b6

A agenda do presidente Lula em Maputo contempla as iniciativas de cooperação, diplomáticas e comerciais. Ela começa amanhã (9), às 11h da manhã (8 horas em Brasília), com uma aula magna na Universidade Pedagógica de Moçambique, que se torna a primeira instituição estrangeira a fazer parte da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que capacita professores por meio do ensino a distância. A Universidade Eduardo Mondlane também participa do projeto.

O acordo prevê, ao fim de quatro anos, a participação de mais de 7 mil estudantes em quatro cursos – gestão pública, pedagogia, matemática e biologia. Mais de 90 universidades brasileiras estão envolvidas na UAB. Os estudantes farão jus à dupla diplomação (os diplomas serão reconhecidos nos dois países) e os cursos terão metade do currículo desenvolvido em cada país.

A aula inaugural será transmitida simultaneamente pela *internet* para dois polos instalados em Moçambique, além da capital Maputo: Lichinga e Beira. Um total de 620 estudantes vai acompanhar a palestra.

10) **Três notícias importantes sobre a língua portuguesa**

Língua

Promoção peca por ser "carregada de simbolismo" e falta de pragmatismo

25 | 10 | 2010 16.41H

Muitos projetos de promoção da língua portuguesa pecam por serem carregados de simbolismo e não serem pragmáticos, disse hoje em Lisboa o diretor executivo do Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR).

Destak/Lusa | destak@destak.pt

<http://www.destak.pt/artigo/78490-promocao-peca-por-ser-carregada-de-simbolismo-e-falta-de-pragmatismo>

"Muitas vezes, os projetos de expansão ou de promoção da língua portuguesa pecam por serem projetos que estão carregados de simbolismo. Eles são simbólicos, não são pragmáticos", declarou à Lusa Carlos Lopes. O responsável das Nações Unidas falou à margem do Encontro Internacional Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado, na Fundação Calouste Gulbenkian.

"Em termos pragmáticos, o projeto de transformar o português em língua oficial da ONU custaria 120 milhões de dólares por ano. Estes 120 milhões podem permitir a criação um programa de jovens funcionários (lusófonos), que existe para muitos países", disse ainda Lopes.

Segundo o responsável da ONU, "pode-se ter 600 jovens funcionários que seriam enviados para várias organizações internacionais, que iriam criar muito mais espaço para a língua portuguesa".

Estes jovens "iriam transformar completamente a presença do português, em vez ter os documentos do Conselho de Segurança em português, que ninguém vai usar", acrescentou.

"Ocupar o púlpito para defender uma língua sempre trouxe benefícios políticos para os protagonistas, fazer algo pela mesma, é uma batalha inglória que arrecada poucos trunfos", disse ainda.

Segundo Carlos Lopes, "não se mede a influência no sistema internacional só porque uma língua é oficial".

O funcionário da ONU disse que o francês está cada vez a ser menos utilizado nas Nações Unidas e que o russo e o chinês são usados de forma "marginal", sendo todas estas línguas oficiais na organização.

Carlos Lopes sublinhou a presença de lusófonos em postos-chaves das instituições internacionais.

O responsável da UNITAR revelou que a preocupação com a língua é generalizada entre os países e que os meios de informação virtuais estão a ser muito importantes na divulgação das línguas.

Para Carlos Lopes, os jovens são "agentes das novas formas de sociabilidade (redes sociais na Internet) e fazem crescer uma língua de forma exponencial", considerando ainda que países com população mais idosa vão acabar por "perder este jogo".

O português é a sexta língua mais utilizada na Internet, um "feito considerável" para Carlos Lopes.

Até 2050, o português pode subir para 4.º ou 3.º lugar neste ranking, mas "tudo depende dos incentivos para a criação de produção de conteúdos".

O responsável da UNITAR declarou ainda a China está a apostar na expansão do mandarim como "fator de relacionamento com o mundo e o reconhecimento do país".

A China fez acordos com 32 universidades africanas para a criação de Institutos Confúcio, que ensinam o mandarim como segunda língua.

Carlos Lopes também questionou de que servem as lamentações sobre a situação da língua portuguesa, que em geral estão associadas "à falta de visão política, às limitações da CPLP e à desgraça do IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa)".

<http://www.destak.pt/artigo/78480-politicos-deviam-usar-o-portugues-no-estrangeiro-manuel-maria-carrilho>

Políticos deviam usar o português no estrangeiro - Manuel Maria Carrilho

25 | 10 | 2010 15.26H

O embaixador de Portugal na UNESCO, Manuel Maria Carrilho, defendeu hoje que a melhor promoção que a língua portuguesa pode ter é ser utilizada pelos líderes políticos lusófonos quando vão ao estrangeiro.

Destak/Lusa | destak@destak.pt

“O Brasil impôs, desde a cimeira de Davos em 2003, o português nos grandes fóruns. É um exemplo que todos os líderes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa deviam seguir”, disse aos jornalistas.

O ex-ministro da Cultura falava à margem do encontro internacional “Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado”, que decorre hoje e terça-feira na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

“Foi o maior contributo na última década para a promoção da língua portuguesa”, sublinhou Manuel Maria Carrilho.

O embaixador de Portugal na UNESCO disse ainda que quando os líderes lusófonos falam “portunhol, franciu ou bad english” nas suas deslocações ao estrangeiro estão a “descredibilizar anos de esforço na promoção da língua portuguesa”.

“É uma submissão política”, afirmou o ex-ministro, acrescentando “se querem contribuir para a língua, devem falar em português”.

“O critério do peso mundial de uma língua não é dado pelo número de falantes, mas pelo espaço que ocupa na cena internacional e pela sua difusão”,

Manuel Maria Carrilho apontou ainda como desafios para a promoção do português a criação de uma biblioteca lusófona em papel e digital, a criação de uma universidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a revitalização da associação das universidades de língua portuguesa.

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa também devia ser dinamizado e o Instituto Camões “deveria trabalhar mais e melhor”.

“Em França, onde residem um milhão de portugueses e luso-descendentes, há 32 mil alunos a aprender português. Espanha tem muitos mais”, exemplificou.

Com o alto patrocínio do presidente da República e do presidente da Assembleia da República, o encontro internacional “Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado” vai debater temas como “O Valor Económico da Língua Portuguesa”, “Diáspora e Imigração” e “Ciberespaço Lusófono: Como Forma de Difusão e de Divulgação da Língua - Internet e Novas Tecnologias”.

http://dn.sapo.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=1694697

Língua Portuguesa: Países lusófonos deviam ter dicionário, gramática e vocabulário comuns - Jaime Gama

Lisboa, 25 out (Lusa) - O presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, defendeu hoje a criação de um dicionário comum aos oito países lusófonos e alertou para a necessidade de se apostar na coordenação dos vários institutos de língua portuguesa.

“Não existe um dicionário ou uma gramática em língua portuguesa cientificamente adaptada das comunidades linguísticas da CPLP. Um vocabulário científico e técnico também não existe e são essenciais para a sedimentação de um espaço da comunidade portuguesa”, afirmou.

O presidente do Parlamento falava na sessão de abertura do encontro internacional “Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado”, que decorre hoje e terça-feira na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Este texto da agência Lusa foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

11) Afinal o acordo ortográfico 1990 está em vigor e ninguém sabe...

O Acordo Ortográfico de 1990 já está em vigor em Portugal!

Rematando a questão ortográfica, o aviso n.º 255/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) de 13 de setembro de 2010, publicado no *Diário da República* de 17 de setembro de 2010 torna público o facto de terem sido feitos os depósitos dos instrumentos de ratificação do Brasil, de Cabo Verde (aos 12 de junho de 2006), de São Tomé e Príncipe (aos 6 de dezembro de 2006), bem como de Portugal (13 de maio de 2009) junto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros como representante da República Portuguesa (2010):

Por ordem superior se torna público que tendo a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde procedido, em 12 de junho de 2006, ao depósito dos instrumentos de ratificação do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, adotado em São Tomé e Príncipe em 25 de julho de 2004, e tendo a República Democrática de São Tomé e Príncipe efetuado o respetivo depósito em 6 de dezembro de 2006, o referido Acordo do Segundo Protocolo Modificativo entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2007, nos termos dos seus artigos 1.º e 3.º, que alteraram o artigo 3.º do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Por parte de Portugal, o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, tendo sido ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 52/2008, ambos publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 145, de 29 de julho de 2008. O depósito do respetivo instrumento de ratificação foi efetuado em 13 de maio 2009, tendo o referido Acordo entrado em vigor para Portugal nesta data.

Direção-Geral de Política Externa, 13 de setembro de 2010. — O Diretor-Geral, *Nuno Filipe Alves Salvador e Brito*.

Com a devida publicação do depósito dos instrumentos de ratificação deve-se considerar por cumprido o estipulado do 2.º *Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico* de 2004, ficando desta maneira manifesto que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 está efetivamente em vigor em todos os países signatários.

Devido ao depósito dos instrumentos de ratificação, o regime ortográfico do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 1990 deveria ter entrado em vigor para todos os países lusófonos em 1 de janeiro de

2007. O aviso 255/2010 faz, porém, questão de constatar que o Acordo Ortográfico teria entrado em vigor em Portugal a partir da data do depósito do instrumento português de ratificação junto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 13 de maio de 2009. O Brasil rege-se pelo novo regime ortográfico desde 1 de janeiro de 2009, tendo estipulado um período de transição até 31 de dezembro de 2012. Em Portugal, o regime ortográfico dos acordos ortográficos de 1945/1971 deixou, portanto, de estar em vigor, pelo que a grafia segundo o Acordo Ortográfico de 1990 deverá vir a ser adotada dentro do prazo de transição até 2015.

O *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, assinado em Lisboa no dia 16 de dezembro de 1990 pelos Ministros de Cultura e detentores de cargos afins dos então sete países de língua oficial portuguesa, é a medida mais recente que visa uma uniformização ortográfica da língua portuguesa, sendo o primeiro documento deste tipo que não somente foi assinado por Portugal e pelo Brasil, mas também pelos outros países da lusofonia.

Para os utentes da variante do português de Portugal o acordo prevê as seguintes alterações principais:

- eliminação das consoantes mudas ou não proferidas (como em *ato*, *direto*, *direção*, *seleção*, *adotar*, *ótimo*, etc.), sendo estabelecida a dupla grafia quando a consoante não for muda numa pronúncia culta do português;

- eliminação da acentuação gráfica em palavras graves com ditongo tónico *oi* (*asteroide*, *joia*), nas formas verbais graves com a desinência *-em* (*creem*, *veem* em vez de *creemcrêem*, *veemvêem*) e nas palavras graves homógrafas com vogal tónica aberta ou fechada (*para* de *parar* vs. *para* preposição), sendo introduzida a dupla grafia em casos de divergência de timbre vocálico (português europeu *académico*, *gêmeo*, *António*, *matrimónio*; *bebê*, *guiché*) vs. (português brasileiro *acadêmico*, *gêmeo*, *Antônio*, *matrimônio*; *bebê*, *guiché*);

- reorganização das regras de maiusculação, devendo ser usada letra minúscula nos dias (*sexta-feira*), estações (*primavera*) e meses do ano (*fevereiro*) bem como nos pontos cardeais e colaterais (*norte*, *nordeste*), sendo introduzida a facultatividade do uso enfático em alguns casos;

- redução da hifenização com elementos de prefixação, tais como *anti*, *auto*, *contra*, *entre*, *hiper*, *mini*, *pseudo*, *ultra*, *vice*, etc., bem como nas formas de *haver* com *de* (*hei de*, *hão de* em vez de *hei dehei-de*, *hão dehão-de*);

- introdução das letras estrangeiras *k*, *w*, *y* em estrangeirismos e derivados (*kantiano*, *windsurf*, *yoga*), de maneira que o alfabeto português passa a contar 26 letras.

Ratificado em Portugal em 1991, o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* deveria ter entrado em vigor em 1 de janeiro de 1994. Dado, porém, que o Brasil somente o ratificou em 1995 esta entrada em vigor foi impossibilitada. Com o fim de remediar esta situação, o *Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* de 17 de julho de 1998 previa a entrada em vigor depois do depósito dos instrumentos de ratificação junto do governo português.

Dado que também esta medida não logrou os efeitos desejados, foi resolvido na V. Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP de 25 de julho de 2004 em São Tomé e Príncipe que «O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor com o terceiro depósito de instrumento de ratificação junto da República Portuguesa» (2.º *Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico*). Estava, assim, aberta a via para a entrada em vigor do *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* sem mais vicissitudes. O segundo protocolo foi ratificado pelo Brasil ainda em 2004, por Cabo Verde em 2005 e por São Tomé e Príncipe em 2006. A Assembleia da República Portuguesa ratificou o segundo protocolo em 16 de maio de 2008, tendo a ratificação sido decretada pelo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva através do Decreto do Presidente da República n.º 52/2008, de 29 de julho.

Dr. Rolf Kemmler

Investigador, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Departamento de Letras, Artes e Comunicação, Centro de Estudo em Letras

Quinta de Prados. 5001-801 Vila Real. Portugal

Telefone +351 259 342 004/ Fax +49 32 221 739 319/Telemóvel +351 910 415 240/E-Mail (UTAD)

kemmler@utad.pt

MAI — Ministério da Administração Interna.
 MAOT — Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.
 MAP — Ministro dos Assuntos Parlamentares.
 MC — Ministério da Cultura.
 MCTES — Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
 MDN — Ministério da Defesa Nacional.
 ME — Ministério da Educação.
 MEID — Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.
 MJ — Ministério da Justiça.
 MNE — Ministério dos Negócios Estrangeiros.
 MS — Ministério da Saúde.
 MTSS — Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.
 NRAU Social — Novo Regime de Arrendamento Social.
 OLI — Oficial de Ligação de Imigração.
 ONG — organizações não governamentais.
 PADE — Programa de Apoio ao Doente Estrangeiro.
 PALOP — países africanos de língua oficial portuguesa.
 PCM — Presidência do Conselho de Ministros.
 PEI — Programa do Empreendedorismo Imigrante.
 PHAP — Parque Habitacional de Arrendamento Público.
 PLNM — português língua não materna.
 PPT — Programa Português para Todos.
 RAPVT — Rede de Apoio e Protecção a Vítimas de Tráfico de Seres Humanos.
 RSI — rendimento social de inserção.
 SEF — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
 SNS — Serviço Nacional de Saúde.
 STT — serviço de tradução telefónica.
 TEIP — territórios educativos de intervenção prioritária.
 TIC — tecnologias de informação e comunicação.
 TSH — tráfico de seres humanos.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 255/2010

Por ordem superior se torna público que tendo a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde procedido, em 12 de Junho de 2006, ao depósito dos instrumentos de ratificação do Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, adoptado em São Tomé e Príncipe em 25 de Julho de 2004, e tendo a República Democrática de São Tomé e Príncipe efectuado o respectivo depósito em 6 de Dezembro de 2006, o referido Acordo do Segundo Protocolo Modificativo entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2007, nos termos dos seus artigos 1.º e 3.º, que alteraram o artigo 3.º do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Por parte de Portugal, o Acordo do Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008, tendo sido ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 52/2008, ambos publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 145, de 29 de Julho de

2008. O depósito do respectivo instrumento de ratificação foi efectuado em 13 de Maio 2009, tendo o referido Acordo entrado em vigor para Portugal nesta data.

Direcção-Geral de Política Externa, 13 de Setembro de 2010. — O Director-Geral, *Nuno Filipe Alves Salvador e Brito*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Portaria n.º 919/2010

de 17 de Setembro

O contrato colectivo entre a APCOR — Associação Portuguesa de Cortiça e a FEVICOM — Federação Portuguesa dos Sindicatos da Construção, Cerâmica e Vidro e outros (pessoal fabril), publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 18, de 15 de Maio de 2010, abrange as relações de trabalho entre empregadores que, no território do continente, se dediquem à actividade corticeira e trabalhadores ao seu serviço, uns e outros representados pelas associações que o outorgaram.

Os outorgantes requereram a extensão da convenção aos empregadores do mesmo sector de actividade não filiados na associação de empregadores outorgante e aos trabalhadores ao seu serviço não representados pelas associações sindicais outorgantes.

A convenção actualiza a tabela salarial. O estudo de avaliação do impacto da extensão da tabela salarial teve por base as retribuições efectivas dos trabalhadores abrangidos pela convenção, apuradas pelos quadros de pessoal de 2008, actualizadas com base no aumento percentual médio das tabelas salariais das convenções publicadas no ano intermédio. Os trabalhadores a tempo completo do sector abrangido pela convenção, com exclusão dos aprendizes, praticantes e de um grupo residual são 6073, dos quais 508 (8,4%) auferem retribuições inferiores às da convenção, sendo que 207 (3,4%) auferem retribuições inferiores às convencionais em mais de 6,3%. É nas empresas dos escalões de dimensão até 49 trabalhadores que se encontra o maior número de trabalhadores com retribuições inferiores às da convenção. A convenção actualiza, ainda, outras prestações de natureza pecuniária como o subsídio de refeição e as refeições de motoristas e ajudantes. Não se dispõe de dados estatísticos que permitam avaliar o impacto destas prestações. Considerando a finalidade da extensão e que as mesmas prestações foram objecto de extensões anteriores, justifica-se inclui-las na extensão.

Atendendo a que a convenção regula diversas condições de trabalho, procede-se à ressalva genérica de cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

Embora a convenção tenha área nacional, a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, pelo que a extensão apenas é aplicável no território do continente.

Com vista a aproximar os estatutos laborais dos trabalhadores e as condições de concorrência entre as empresas do sector de actividade abrangido, a extensão assegura para a tabela salarial e para as cláusulas de conteúdo pecuniário retroactividade idêntica à da convenção.

12) Atraso de Angola na ratificação do AOLP deve-se a razões culturais

A diretora do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), Amélia Mingas, justificou o atraso de Angola na ratificação do novo Acordo Ortográfico com a necessidade de se integrar aspetos indispensáveis à realidade linguística e cultural do seu país nesse regulamento.



Em declarações aos quatro órgãos públicos de comunicação social de Angola, a angolana Amélia Mingas salientou que isto acontece por haver uma situação específica da língua portuguesa no seu país que não é a mesma no Brasil, em Moçambique ou aqui em Cabo Verde.

“Há especificidades ligadas à nossa cultura e às nossas línguas que se refletem no modo como falamos e escrevemos o português”, alertou Amélia Mingas, uma das professoras-doutoras angolanas de Linguística Bantu.

Disse achar o debate muito delicado, sobretudo para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), daí que Angola e Moçambique estejam a analisar com profundidade estes aspetos, o que justifica o seu atraso na ratificação do acordo.

Disse que por acharem um acordo de todos os povos que falam a língua portuguesa e herdaram a língua portuguesa, ele tem de refletir a nossa realidade linguística e cultural.

“Este aspeto que se quer salvaguardar, a identidade linguística e cultural de outros povos que não só portugueses nem brasileiros, mas que falam português e tem esta língua como sua”, recalcou.

Mesmo com esta visão sobre o assunto, Amélia Mingas manifestou-se otimista quanto à ratificação do acordo, adiantando que está mais próximo do que se pensa, restando apenas saber quando e como será feito.

“Penso que já houve o tempo suficiente para chegar a uma proposta que dignifique a língua portuguesa falada em Angola e que salguarde a identidade linguística e cultural do nosso país”, apontou.

Na sua entrevista aos órgãos públicos angolanos, a linguista falou também do funcionamento do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, da qual é diretora em fim de missão depois de dois mandatos sucessivos. Referiu que a sua gestão e a de outros diretores que a antecederam foi difícil por falta de financiamentos dos países membros e que algum trabalho de realce foi feito devido ao apoio do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos.

Explicou que com o apoio do Presidente de Angola se organizou um simpósio internacional com a presença de investigadores e cientistas de sete Estados membros, o instituto organizou e financiou atividades culturais por ocasião do dia nacional de quatro Estados sem representação diplomática local (Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Timor). “Nesse dia, o instituto foi praticamente a embaixada destes cidadãos e permitiu a aproximação deles com a comunidade cabo-verdiana”, anunciou.

Destacou que um dos aspetos importantes nesta ajuda do Presidente da República de Angola foi a elaboração de coletâneas de literatura oral, desde meados de 2008, altura em que foi apresentada uma recolha de investigadores de toda a comunidade.

“Temos uma coletânea coletiva de adivinhas, uma segunda de provérbios e coletâneas individualizadas de contos e lendas. Portanto, um total de 16 obras que foram possíveis graças a esta ajuda especial do presidente de Angola” afirmou Amélia Mingas.

Quanto ao futuro da instituição, salientou: “O que está previsto na CPLP é animador para quem vier, porque está a ser analisada e certamente viabilizada a estruturação do Instituto Nacional de Língua Portuguesa; portanto, vão ser criadas as condições para que quem estiver à frente desta instituição em termos de apoio técnico, científico e ao nível de apoio financeiro.

Fonte: [AngolaPress](#) – 20/07/2010 divulgado no <http://www.hojelusofonia.com/atraso-de-angola-na-ratificacao-do-aolp-deve-se-a-razoes-culturais/>

13) *Mais um ataque descabelado ao acordo*

No dia 10 de setembro, o (des)Acordo Ortográfico voltou a estar na berlinda com mais uma apresentação do livro “Demanda, Deriva, Desastre – os três dês do Acordo Ortográfico”, de Francisco Miguel Valada.

Desta vez foi no auditório da Fundação Mário Soares, em Lisboa, e a dissertação acerca do assunto foi da responsabilidade do Professor Doutor António Emiliano (Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), que esteve acompanhado pelo autor, pelo Secretário-Geral da Fundação Mário Soares, Dr. Carlos Barroso, e pelo representante da Textiverso, Carlos Fernandes.

Basicamente, António Emiliano tem sobre a matéria uma opinião muito clara: «O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 é um desastre, produto de inépcia científica e de indigência intelectual. Basta lê-lo atentamente. Não assenta em nenhum consenso alargado, não resulta do trabalho de especialistas competentes, contém imprecisões, erros e inconsistências de toda a ordem, não tem base científica sólida e vem minar, pela introdução generalizada e irrestrita de facultatividades “ortográficas”, a própria noção de ortografia.» Isto mesmo expressou para os ouvintes que, não sendo uma multidão, estiveram interessados e atentos. Na plateia estava, designadamente, a ex-Ministra da Cultura, Professora Isabel Pires de Lima.

Com um humor corrosivo, aliás bem contido, Emiliano diria ainda: «Devo também verbalizar o absurdo que vejo em situações como esta que nos traz hoje aqui: o absurdo de ter de se mostrar o desastre que é o Acordo Ortográfico, o absurdo de ter de se escrever artigos e livros sobre o desastre, em suma, o absurdo de se ter de “explicar o inexplicável”.»

Mas era um livro que estava em apreço, e sobre ele o académico diria sem reboço: «Quanto ao livro de Francisco Valada, e para fazer já uma apreciação global de tipo “académico”, cumpre-me dizer que me parece um livro bem escrito, bem construído, bem articulado e bem argumentado. Os objetivos do Autor são claros e o livro caracteriza-se por uma concentração implacável nesses objetivos que, sucintamente, respeitam à análise e contestação da “base teórica” do Acordo; é uma característica louvável que revela honestidade intelectual. Estabelecidos os objetivos (de âmbito linguístico) perante os quais o Autor se sente competente e idóneo (atributos que o seu texto parece corroborar), deles não há tergiversação para áreas laterais.»

E destacou dele quatro tópicos gerais:

- «1. o problema da sobreposição da emoção à razão na discussão do Acordo Ortográfico;
- «2. o problema (conexo ao primeiro) da substituição da Ciência pela Retórica e pela Política na elaboração e na promoção do Acordo Ortográfico;
- «3. a impossibilidade/inexequibilidade do Acordo Ortográfico;
- «4. a fragilidade científica do Acordo Ortográfico (...).»

Brincando com os três dê's do título do livro, António Emílio concluiu:

«Os incontornáveis três i's do Acordo Ortográfico e do acordismo são, portanto: *impatriotismo* – o Acordo não acautela, pelo contrário, o Interesse Nacional e põe em causa a estabilidade ortográfica e a qualidade do ensino da língua em Portugal, aspetos importantes para o nosso desenvolvimento e progresso; *incompetência* – quem fez o Acordo demonstrou não dominar adequadamente conceitos como ortografia, grafema, língua escrita, língua portuguesa, norma linguística, entre outros, etc.; *'ignorância'* – os autores do Acordo não tinham qualificações mínimas em matérias fundamentais como Literacia, Grafética, Grafemática, Psicolinguística, Psicologia, Didática, etc.; à ignorância dos acordistas (autores e promotores) soma-se a ignorância dos decisores que levianamente ou desinformadamente embarcaram nesta aventura e, logo, a ignorância geral do público a quem nunca se explicou verdadeiramente o que esta reforma ortográfica implica e acarreta.»

Seguir-se-ia uma pequena dissertação do autor, Francisco Valada, que reiterou estas considerações e deu alguns exemplos concretos. A plateia entraria depois no debate com intervenções importantes, e, mesmo depois de a sessão terminar, a conversa manteve-se na sala e prolongou-se na rua. Pano para mangas, pois.

Ver intervenções do Autor em:

<http://www.ciberduvidas.com/controversias.php?rid=2158>

<http://www.ciberduvidas.com/index.php>

Ou ler:

- "Os ii do Acordo ortográfico, ponto por ponto - As razões da ortografia são linguísticas, não devendo estas ser ofuscadas por luzes que do rigor há muito se afastaram". In jornal "Público" n.º 7217, de 07-01-2010, p. 31

- "O Desacordo Ortográfico e a confusão vocabular". In "Jornal de Leiria" n.º 1331, de 14-01-2010, p. 18.

- "O Acordo Ortográfico, o "excludente" e o ornitorrinco - Nem a Einstein foi dado o impróprio privilégio de ver teorias não provadas serem diretamente vertidas em texto legislativo". In jornal "Público" n.º 7228, de 18-01-2010, p. 29.

Ou, por todos:

<http://jpleiria.academia.edu/>

Em setembro de 2009, o (des)Acordo Ortográfico(1) voltou a estar na berlinda com mais uma apresentação do livro "Demanda, Deriva, Desastre – os três dê's do Acordo Ortográfico", de Francisco Miguel Valada. Desta vez foi no auditório da Fundação Mário Soares, em Lisboa, e a dissertação acerca do assunto foi da responsabilidade do Professor Doutor António Emílio (Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), que esteve acompanhado pelo autor, pelo Secretário-Geral da Fundação Mário Soares, Dr. Carlos Barroso, e pelo representante da Textiverso, Carlos Fernandes.

Basicamente, António Emílio tem sobre a matéria uma opinião muito clara: «O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 é um desastre, produto de inépcia científica e de indigência intelectual. Basta lê-lo atentamente. Não assenta em nenhum consenso alargado, não resulta do trabalho de especialistas competentes, contém imprecisões, erros e inconsistências de toda a ordem, não tem base científica sólida e vem minar, pela introdução generalizada e irrestrita de facultatividades "ortográficas", a própria noção de ortografia.» Isto mesmo expressou para os ouvintes que, não sendo uma multidão, estiveram interessados e atentos. Na plateia estava, designadamente, a ex-Ministra da Cultura, Professora Isabel Pires de Lima.

Com um humor corrosivo, aliás bem contido, Emílio diria ainda: «Devo também verbalizar o absurdo que vejo em situações como esta que nos traz hoje aqui: o absurdo de ter de se mostrar o desastre que é o Acordo Ortográfico, o absurdo de ter de se escrever artigos e livros sobre o desastre, em suma, o absurdo de se ter de "explicar o inexplicável".»

Mas era um livro que estava em apreço, e sobre ele o académico diria sem reboço: «Quanto ao livro de Francisco Valada, e para fazer já uma apreciação global de tipo "académico", cumpre-me dizer que me parece um livro bem escrito, bem construído, bem articulado e bem argumentado. Os objetivos do Autor são claros e o livro caracteriza-se por uma concentração implacável nesses objetivos que, sucintamente, respeitam à análise e contestação da "base teórica" do Acordo; é uma característica louvável que revela honestidade intelectual. Estabelecidos os objetivos (de âmbito linguístico) perante os quais o Autor se sente competente e idóneo (atributos que o seu texto parece corroborar), deles não há tergiversação para áreas laterais.»

E destacou dele quatro tópicos gerais:

- «1. o problema da sobreposição da emoção à razão na discussão do Acordo Ortográfico;
- «2. o problema (conexo ao primeiro) da substituição da Ciência pela Retórica e pela Política na elaboração e na promoção do Acordo Ortográfico;
- «3. a impossibilidade/inexequibilidade do Acordo Ortográfico;
- «4. a fragilidade científica do Acordo Ortográfico (...).»

Brincando com os três dê's do título do livro, António Emílio concluiu:

«Os incontornáveis três i's do Acordo Ortográfico e do acordismo são, portanto: *impatriotismo* – o Acordo não acautela, pelo contrário, o Interesse Nacional e põe em causa a estabilidade ortográfica e a qualidade do ensino da língua em Portugal, aspetos importantes para o nosso desenvolvimento e progresso; *incompetência* – quem fez o Acordo demonstrou não dominar adequadamente conceitos como ortografia,

grafema, língua escrita, língua portuguesa, norma linguística, entre outros, etc.; ‘*ignorância*’ – os autores do Acordo não tinham qualificações mínimas em matérias fundamentais como Literacia, Grafética, Grafemática, Psicolinguística, Psicologia, Didática, etc.; à ignorância dos acordistas (autores e promotores) soma-se a ignorância dos decisores que levianamente ou desinformadamente embarcaram nesta aventura e, logo, a ignorância geral do público a quem nunca se explicou verdadeiramente o que esta reforma ortográfica implica e acarreta.»

Seguir-se-ia uma pequena dissertação do autor, Francisco Valada, que reiterou estas considerações e deu alguns exemplos concretos. A plateia entraria depois no debate com intervenções importantes, e, mesmo depois de a sessão terminar, a conversa manteve-se na sala e prolongou-se na rua. Pano para mangas, pois http://www.textiverso.com/index.php?option=com_content&view=article&id=132:o-desacordo-ortografico-chegou-a-lisboa&catid=1:noticias&Itemid=55

(1)

“Demanda, Deriva, Desastre – Os três dês do Acordo Ortográfico”, Alcochete/Leiria, Textiverso, 2009, foi a sua primeira publicação em formato livro, apresentada sucessivamente em Leiria, Porto, Lisboa, Bruxelas (Bélgica) e Luxemburgo.

+

14) Novo FOLEGO PARA O INSTITUTO INTERNACIONAL DA LINGUA PORTUGUESA

Número 155 · 25 de agosto de 2010 · Suplemento do JL n.º 1041, ano XXX

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) vai ter um diretor executivo escolhido por concurso internacional, quando o processo

O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) vai ter um diretor executivo escolhido por concurso internacional, quando o processo de reforma desta instituição, criada em 1989, ainda antes da fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), estiver concluído, com o acolhimento na ordem jurídica dos Estados membros dos novos estatutos aprovados durante a cimeira de Luanda da CPLP, realizada em julho.

O objetivo é dotar o IILP, que goza estatutariamente de autonomia científica, administrativa e patrimonial, dos meios necessários para a sua missão de promoção, difusão e projeção da língua portuguesa, partindo da assunção pelos governos da CPLP de que o Instituto, criado em São Luís do Maranhão, no Brasil, «não tem tido as condições propícias para o cumprimento adequado dos objetivos para que foi criado, não obstante o reconhecimento de esforços dos sucessivos diretores executivos». A reforma do IILP, que incluiu também a aprovação de um novo regimento interno, prevê que o Instituto, cuja sede permanente se manterá na Cidade da Praia, em Cabo Verde, seja dotado de uma «estrutura de apoio» do diretor executivo, ou seja, um quadro de pessoal técnico, que até agora não existia. No que diz respeito ao futuro diretor executivo, este será «recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros» por concurso internacional e terá «um mandato de três anos, renovável, uma única vez», indicam os novos estatutos. A sua ação será apoiada pelo novo Conselho Estratégico – que substitui o Conselho Científico – «composto por representantes de todos os Estados membros e pelo secretário executivo» da CPLP.

Enquanto os novos estatutos não entram em vigor, o Conselho de Ministros da CPLP, constituído pelos chefes das diplomacias dos oito, reunido em Luanda durante a cimeira, nomeou o atual diretor do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), Gilvan Müller de Oliveira, indicado pelo Brasil, como diretor executivo do IILP, substituindo no cargo a angolana Amélia Mingas, objeto de uma declaração de apreço por parte dos governos da CPLP pela forma como exerceu suas funções durante 4 anos.

Dada a premência de o Instituto responder, nomeadamente, às missões que lhe foram fixadas pelo Plano de Ação de Brasília, agora ratificado pela cimeira de Luanda, os ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP decidiram «mandatar o Comité de Concertação Permanente e o Secretariado Executivo [da CPLP] a manter sob exame soluções transitórias que permitam dotar o IILP, de forma gradual, dos recursos humanos e financeiros necessários». Uma «apreciação das soluções transitórias encontradas para o IILP» deverá, aliás, constar do relatório anual do secretário executivo da CPLP, o guineense Domingos Pereira, reconduzido no cargo.

209 mil euros

Para já, o Conselho de Ministros aprovou o «orçamento de funcionamento» do IILP, no montante de 209 mil euros, bem como a repartição das contribuições dos países membros – Portugal e Brasil (30% cada), Angola (15%), Cabo Verde e Moçambique (8% cada) e Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (3% cada).

Sede do IILP. Cidade da Praia, Cabo Verde

Os estatutos preveem que os recursos financeiros do IILP sejam «assegurados por contribuições, doações e outros valores ou bens de procedência governamental, de organizações internacionais, de entidades públicas ou de entidades privadas, bem como por recursos provenientes de um Fundo Especial da CPLP para a Língua Portuguesa e por receitas próprias».

Quanto ao Plano de Ação para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, traçado na I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em março, em Brasília, a cimeira da Luanda decidiu que ele será «implementado no decurso da presidência angolana», sempre «levando-se em consideração a diversidade cultural e o multilinguismo nos Estados membros». O plano aponta, nomeadamente, para a introdução da língua portuguesa como idioma de trabalho das Nações Unidas, com a publicação em português de documentos da Assembleia-geral e do Conselho de Segurança.

No âmbito desse plano, o IILP deverá intervir – diversas vezes em concertação com o secretariado da CPLP –, no desenvolvimento da tradução e interpretação de e para a língua portuguesa, criando, nomeadamente, um cadastro internacional de tradutores e intérpretes no seu sítio na internet.

O levantamento e avaliação dos programas em curso nos países da CPLP na área de formação de professores de língua portuguesa em diversos contextos e o apuramento do «perfil de saída dos alunos de língua portuguesa ao final do ensino básico e médio/secundário», para examinar a viabilidade de adoção de marcos de referência comuns para a avaliação de competências em língua portuguesa, são outras tantas missões definidas pelo documento de Brasília que deverão constar do plano estratégico que o IILP terá de aplicar «a curto e médio prazo».

O IILP criará ainda «uma plataforma comum na Internet relativa ao ensino do português», que compreenderá uma «rede virtual de professores de português» e «recursos didáticos baseados nas tecnologias da informação e comunicação».

As tarefas do IILP, aprovadas em Luanda, preveem ainda que desempenhe um papel coordenador na produção em formato eletrónico um «Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa, que consolide tanto o léxico comum quanto as especificidades de cada país», e promova «um concurso para revelação de autores inéditos em língua portuguesa».

<http://www.instituto-camoes.pt/encarte-ji/novo-folego-para-o-instituto-internacional-de-lingua-portuguesa.html>

15) Acordo Ortográfico pode facilitar mercado do livro, diz professora brasileira

Angola, que ainda não ratificou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, sedia em 23 deste mês a VIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Da Redação, com agência

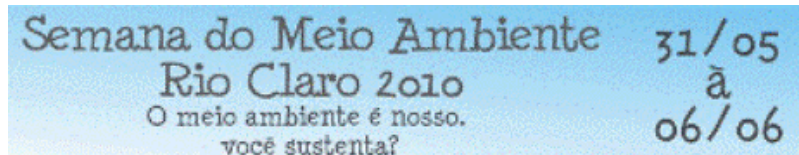
Brasília – O acordo ortográfico pode favorecer o mercado de livros no espaço lusófono. A opinião é da professora universitária brasileira, Celma Pantoja, da Universidade de Brasília, onde leciona História da África. Segundo a docente, esta influência está relacionado ao fato de o acordo incidir na forma escrita das palavras.

De acordo com a professora, a peculiaridade da língua falada vai manter-se, enquanto a introdução de algumas normas no papel vai facilitar, por exemplo, a divulgação (e compreensão) de livros didáticos e obras literárias.

Em entrevista a jornalistas angolanos, a académica afirmou que se trata de uma vantagem e facilidade de divulgação do saber no espaço lusófono, à margem das razões políticas ou de estado. Angola, que ainda não ratificou o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, sedia em 23 deste mês a VIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que também integra Portugal, Brasil, Cabo Verde, Timor Leste, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, informa a Angop.

No encontro, a presidência da CPLP passará de Portugal para Angola e serão abordados, além do Acordo Ortográfico, o Estatuto do Cidadão Lusófono e a Livre Circulação de Pessoas e Bens. O evento já ocorreu em Lisboa, Portugal (16-17 de junho de 1996), Praia, Cabo Verde (16-17 de julho de 1998), Maputo, Moçambique (16-17 de julho de 2000), Brasília, Brasil (31 de julho a 1 de agosto de 2002), São Tomé, São Tomé e Príncipe (26-27 de julho de 2004), Bissau, Guiné Bissau (16-17 de julho de 2006) e Lisboa, Portugal (25 de julho de 2008).

16) Crase líder lista dos vilões da Língua Portuguesa



Entre os vilões da Língua Portuguesa, poucos se comparam à crase. Que o diga o anúncio da Prefeitura de Rio Claro sobre a Semana do Meio Ambiente – 31/05 “à” 06/06 -, em que a coitada aparece onde jamais deveria estar. Para tentar lançar alguma luz sobre as trevas, Lide Brasil publica abaixo texto produzido pela Universidade Federal de Viçosa:

A crase. S.f. 1. Gram. Contração ou fusão de duas vogais em uma só: à (aa); ler (leer); dor (door). 2. Restr. A contração de dois aa. V. contração (4). 3. Designação vulgar do acento indicativo de certos casos de crase: Em vou à praia, o a deve ter crase.

(...)

De forma genérica, podemos dizer que a crase se caracteriza pela junção da preposição (a) com o artigo (a) ou um pronome demonstrativo (a, aquele, aquela). Simples, não? Talvez nem tanto... Esta página se propõe a mostrar como as aulas no ginásio acabam sendo soterradas pelos vícios que adquirimos no dia-dia. Uma delas é chamar o acento grave de crase, sendo que a crase é a contração e o acento grave é o sinal que evidencia a existência da crase (notem que até o Aurélio erra...). Mas um erro que está se tornando epidemia é o uso de acento grave em situações que não o justificam. Abaixo são listadas algumas frases encontradas no cotidiano em que usou-se o acento grave. Você saberia dizer quantas frases estão corretas?

- Entregamos à domicílio.
- Vendas à prazo com planos especiais.
- 15 sabores à escolher.
- Prestações à perder de vista.
- Trajes à rigor.
- Preços à vista com 10% de desconto.
- Atendemos de segunda à sexta.
- Ótima localização, à 10 minutos do metrô.

- Lindos bordados feitos à mão.
- Diariamente até às 18:00.
- Conjuntos infantis à partir de R\$ 15,00.

Fácil? Então, quantas das frases acima estão corretas?

Entregamos à domicílio

É fácil ver que Domicílio, enquanto substantivo masculino, não pode ter um artigo feminino a, e portanto não leva acento grave. Quero aqui ressaltar um outro erro: o verbo entregar significa levar alguma coisa a alguém em algum lugar. Nesse contexto, domicílio não é o objeto indireto (a alguém) e sim o adjunto adverbial de lugar. Portanto não entregamos a Domicílio, e sim no domicílio.

Vendas à prazo

É fácil ver que prazo, enquanto substantivo masculino, não pode ter um artigo feminino a, e portanto não leva acento grave. Para formação de crase com um substantivo masculino, só com o uso do pronome aquele, mas no caso de artigo, como pede o artigo o, ficaria vendas ao prazo.

à escolher

Escolher é um verbo e como tal não pede artigo, a não ser que esteja na sua forma substantivada. Mas nesse caso, um verbo substantivado sempre vai para o masculino, e portanto pediria artigo o. O escolher é uma árdua tarefa.

à perder de vista

Perder é um verbo e como tal não pede artigo, a não ser que esteja na sua forma substantivada. Mas nesse caso, um verbo substantivado sempre vai para o masculino, e portanto pediria artigo o.

Trajes à rigor

Rigor é um substantivo masculino e, portanto, não pode ter uma artigo feminino.

à vista

Este é de longe o erro mais comum e mais cometido no uso do acento grave. Soa bastante natural o acento em vendas à vista. Porém é simples perceber que seu uso é incorreto. Basta fazer a substituição da palavra vista por um substantivo masculino, que no caso o mais prático é a palavra prazo, por ter um uso bastante similar. Como não dizemos vendas ao prazo, também não diremos vendas à vista, certo? Há porém que se notar um caso em que utiliza-se o acento grave: quando vista é usado no sentido de ver, enxergar, como em terra à vista.

de segunda à sexta.

Podemos nesse caso notar que segunda está sem artigo (de -> da) e portanto Sexta também deve estar sem artigo por uma questão de coerência. Podemos também fazer o teste substituindo por um substantivo masculino: ... de segunda a sábado.. Como não falamos ao sábado, não colocamos crase em a sexta. Fácil, não?

à 10 minutos

Numerais, em geral, não levam artigos definidos. Podemos, ao invés disso, apor um artigo indefinido: a uns 10 minutos, que nos provará que 10 minutos é masculino. Por outro lado, o acento grave poderia estar ligado a um substantivo feminino oculto (distância, por exemplo). Porém minuto não é medida de distância, e sim de tempo, portanto não faz sentido falar-se em à distância de 10 minutos.

à mão

Temos aqui um substantivo feminino e, portanto, vamos tentar substituí-lo por um masculino. Podemos traçar uma equivalência de feito a mão com ir a pé. Como não falamos ir ao pé, não diremos feito à mão.

até às 18:00

Aqui já temos uma preposição (até), cuja função é limitar a continuidade da ação. Portanto não cabe aqui o uso de mais uma preposição (a) e com isso não haverá formação da crase.

à partir de

Partir é um verbo e como tal não pede artigo, a não ser que esteja na sua forma substantivada. Mas nesse caso, um verbo substantivado sempre vai para o masculino, e portanto pediria artigo o.

OLIVEIRA, Edson Roberto de. A crase. (<http://www.aresnef.com/crase>)

- Grave – acento

1) “Aí, Guilherme Augusto foi visitar Dona Antônia e deu à ela, uma por uma, cada coisa de sua cesta.”

Onde está o erro?

Resposta: o erro está em “à ela” com acento grave. Antes de pronome, a letra “a” é apenas preposição, nela não há artigo. Apenas substantivos admitem artigo. Se o pronome estivesse no masculino “a ele”, não aconteceria “ao ele”, portanto em “a ela” não há dois a’s.

2) A previsão é de arrecadação igual ou superior a deste ano.” (Frase de jornal.)

Resposta: faltou acento grave em “a deste ano”, pois o substantivo feminino “arrecadação” foi omitido: (A previsão é de arrecadação igual ou superior à arrecadação deste ano.) Substituíamos “arrecadação” por “lucro”: A previsão é de lucro igual ou superior ao (lucro) deste ano. Se ocorrer “ao” em palavra masculino, o acento grave é obrigatório no feminino “à”.

- MAIS UMA SOBRE CRASE

As regras sobre a crase são várias e devemos aprendê-las aos poucos. Uma delas é que não ocorre crase em locuções formadas por duas palavras repetidas, mesmo estando no feminino: face a face, cara a cara, frente a frente, terra a terra, porta a porta e outras locuções.

- A HORA E A VEZ DA CRASE

A crase é um tema difícil mas algumas regras imutáveis ajudam-nos a não errar mais. Uma delas: antes de numeral que indica hora sempre se usa crase. Os exemplos são pontuais: vou chegar às duas da tarde, ou à uma da madrugada, ou às oito da noite, ou às 23 horas, ou à meia-noite, ou à zero hora, mesmo sendo zero uma palavra masculina.

- A CRASE E A CRISE

A crase está sempre em crise. Às vezes não craseamos o a e deveríamos fazê-lo. Mas às vezes craseamos... e não deveríamos fazê-lo. Três exemplos de não-uso da crase: Creusa gosta de andar a

cavalo; Creusa comprou um carro a prazo; Creusa ficou a pé. Nos três casos o a não é craseado. Porque antes de palavra masculina (carro, cavalo e pé) o a é apenas preposição, e o à é a contração, a união entre a preposição e o artigo feminino.

- Pé atrás

“Clinton pede perdão a formiga.”. A frase saiu nas Dicas da semana passada . Os leitores ficaram com o pé atrás. “Cadê a crase ?” , perguntaram . Não há crase. Dúvida? Recorra ao macete. Substitua a palavra feminina por uma masculina. Mosquito, por exemplo: Clinton pede perdão ao mosquito. Na troca, aparece só a . É que formiga e mosquito estão usados de forma genérica. Não se trata de uma formiga determinada. Nem de um mosquito definido. Por isso, nada de artigo. Compare: Clinton pediu perdão à formiga da fábula. Aí, não é qualquer formiga. Mas a formiga conhecida. Daí a crase. Fazendo o troca-troca por um machinho, teremos ao : Clinton pediu perdão ao mosquito de Walt Disney. É isso. Se na substituição der ao, sinal de crase. Caso contrário, nada feito.

<http://lidebrasil.com.br/site/index.php/2010/06/02/crase-lidera-lista-dos-viloes-da-lingua-portuguesa/>

17) *Oposição ao acordo no Brasil.* ESPERANÇA, Eduardo Almeida Reis

Vai adiantada em Portugal, pátria da língua portuguesa, a rejeição ao maldito Acordo Ortográfico inventado para reforçar o caixa das editoras de dicionários. É absolutamente idiota o argumento de que, pelo Acordo, aumentariam as vendas dos livros brasileiros nos países lusófonos. São Tomé e Príncipe tem 190 mil habitantes, quase todos analfabetos; os açorianos somam cerca de 240 mil; Cabo Verde tem 420 mil cabo-verdianos e assim por diante. Angola e Moçambique, somando 33 milhões de almas, falam uma porção de línguas, têm analfabetismo à beça e raros lusófonos alfabetizados. Vender-lhes o quê? Talvez um pouco de Paulo Coelho, que mora em Genebra e anda com um podômetro para contar quantos passos dá por dia.

Cevado no português de Portugal, li todo o Eça mais de uma vez, algum Herculano e Camilo, muito Oliveira Martins: nunca me impediram de escrever em brasileiro. Admito que a hemorragia da Edição do Centenário do Eça fosse muito mais sangrenta, muito mais efetiva para provocar o perecimento de alguém, do que hemorragia sem agá, mas estou acostumado com a nossa ortografia e não me deixo impressionar com o agá hemorrágico.

Tirar o cê de facto, no locução portuguesa “estar ao facto” (estar ciente), mais que uma besteira é uma sacanagem com o idioma falado no Jardim da Europa à Beira-Mar Plantado. Os lusíadas têm, que diabo!, fato (roupa) e fato-macaco (macacão), mas têm direito ao seu facto (ação consistente em algo e várias outras aceções). O besteirol do Acordo é amplo, geral e irrestrito. Deonísio da Silva, doutor em letras pela USP, diz que a 5ª edição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, mais conhecido como VoIP, editado com a chancela da Academia Brasileira de Letras (ABL), está lesando o Acordo: pôs lesa-fradaria, lembrando os que lesam grande número de frades, mas se esqueceu de lesa-língua, lesa-democracia, lesa-cultura, lesa-natureza, lesa-propriedade, entre outras lesões graves.

Pasquale Cipro Neto, licenciado em letras pela USP, professor de português desde 1975, recomendou aos seus leitores, ouvintes e telespetadores que não comprassem livro algum sobre o Acordo para não perder dinheiro. Deonísio disse que seu colega tinha razão.

Mas o bobo que escreve esta bela coluna, jejuno um português, já torrou uma nota na compra de uma porção de livros e dicionários eletrônicos, supostamente nos conformes do Acordo, porque é teimoso feito porca parida. E ficou craque em porcas no puerpério, mercê dos anos todos em que morou na roça. Resta-nos uma esperança, umazinha só: a revogação da lei assinada pelo presidente Lula, em solenidade realizada na Academia Brasileira de Letras, que deveria ter sido dispensada, como Casa de Machado de Assis, do ridículo da cena em que um político, de larga aprovação popular e raras letras, apõe sua assinatura num Acordo que pressupõe um mínimo de alfabetização.

Dir-se-á que a história teve um sem conto de reis analfabetos assinando leis redigidas por seus auxiliares, mas esses exemplos não têm cabimento no século XXI. Os portugueses e os brasileiros, de mãos dadas com os demais lusófonos, deveriam ter sido poupados do ridículo da cena e da obtusidade do Acordo.

Fonte: jornal Estado de Minas - 30/6/2010 - Seção "Tiro e Queda"

18) *Expresso poupa letras e adota acordo ortográfico. Atualizámos a grafia. Mãe já teve i, açúcar já foi com dois ss e sozinho levava acento. Agora atuamos sem e mas admitimos exceções em alguns cronistas. Tentaremos ser ótimos.*

Esta é a primeira edição do Expresso escrita segundo o novo acordo ortográfico. Talvez não tenha todas as 3900 palavras alteradas, mas é muito fácil **detetar** - cá está uma - as mudanças introduzidas por esta uniformização da ortografia entre Portugal, o Brasil e os PALOP (os que já o ratificaram). Os olhos param por vezes durante a leitura, travados pela estranheza de certos vocábulos que perderam o 'c' e o 'p' (consoantes mudas) e o hífen e os acentos. Mas é tudo uma questão de hábito. O que ontem eram erros, hoje são regras. Há que pôr a escrita em dia.

No suplemento Atual os efeitos do acordo sentem-se logo na capa, porque lhe tira uma letra à identidade. O **adjetivo** que o **batiza** deixa cair o 'c', vira **Atual**. Mas ainda não foi hoje. Deve ser o único vocábulo rebelde desta edição do Expresso. A resistência à mudança é, porém, temporária e só justificada por se tratar do nome do caderno. Nas próximas três semanas o 'c' vai tombando, um pouco mais a cada nova edição, até desaparecer. A revista "Ativa", também pertencente ao grupo Impresa, optou por não mudar a identificação.

Virada a primeira página, dentro do (ainda) Atual o acordo já vigora. E aqui se encontra uma mudança que gerou controvérsia na **redação**. Pode dizer-se que o acordo ortográfico alterou um pouco a imagem de outrora 'espectador'. Ao libertá-lo do 'c', tornou-o um misto de bandarilheiro de tourada com um *chef* e

de espetadas madeirenses. Senhores e senhoras, prestimosa audiência, a partir de hoje dita a nova grafia que se chamem **espetadores**. O 'c' não se lia, é verdade, mas tinha o papel **ativo** de abrir o 'e'. Curioso é que esta mudança não se vai aplicar no Brasil.

Pegue-se, depois, na revista Única. É sobre festivais. Os Sudoeste, Super Bock Super Rock, Optimus Alive..., repetem-se mais um ano, mas a partir de 2010 estão mais leves de letras. São agora **espetáculos de verão**, livres do 'c' inútil na parte do *show* e sem o relevo dado pela maiúscula à estação estival, que os marca com calor e pó. Confunde a grafia igual da "estação entre a **primavera** e o **outono**" e "a capacidade de ver futuramente", mas assim mandam as regras. A partir de agora, os nomes das estações do ano, dos meses e dos pontos cardeais escrevem-se com minúscula inicial.

Entra-se na parte do Lazer e no artigo sobre mimos para corpo percebe-se que o acordo transformou dois dos cinco sentidos. Não é imediata a identificação do **tato**, que mais parece um bicho feio. O **olfato** ficou diferente, mas não perdeu o sentido, só o 'c'. A área dos Sentimentos simplificou-se. Para falar de uma relação sexual chegam três letrinhas: é um **ato**.

No Caderno de Economia, parece que o acordo fez uma análise das letras supérfluas e 'despediu' as que não já não estavam no **ativo**: foi uma razia de 'c'. **Ações, acionistas, atividades, diretores, coletar, contrações, corretor, faturas, projeções, retificações, subtrações, transações e vetores** escrevem-se agora com menos **carateres**.

A Política também está mais *light* há agora **abril, anteprojetos, ativismo, ceticismo, conjeturas, contrarrevolução, diretivas, fações, fraturas, inatividade, objeção, perentório, projeto, retificativo, troica**. E neste contexto, ou noutro qualquer, pode dar jeito saber que se escreve **cabeças de vento, de abóbora** ou **de alho chocho** sem hífenes.

Os jornalistas socorrem-se, no computador, do **corretor** ortográfico Flip7 (da Priberam), que transforma automaticamente a prosa antiga na versão **correta**. Qualquer saudosismo pré-acordo ou até hábito involuntário é 'sancionado' por este polícia da língua com um sublinhado vermelho no ecrã. Depois os textos passam ainda no crivo final dos *copydesks*. Na impossibilidade da recusa, desenvolveu-se entre alguns **indefetíveis** uma estratégia de resistência reservada às alterações mais polémicas: sempre que aparece uma palavra com nova grafia, da qual discordam taxativamente, arranjam um sinónimo. A **conceção** de um **projeto**, pode muito bem ser substituída por realização. A **recepção** de uma empresa será, para muitos, a portaria.

Até 2014, o Acordo Ortográfico tem de estar plenamente implementado em Portugal. Toda a comunicação escrita - a nível do Governo, escolas, imprensa, empresas... - tem de se reger pela nova grafia. O Expresso arrancou hoje

19) *Maior grupo editorial português aplica Acordo Ortográfico*

<http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI4476844-EI8266,00.html>

07 DE JUNHO DE 2010 • 13H39 • ATUALIZADO ÀS 15H02

O grupo editorial Impresa, o maior de Portugal, começa a aplicar a partir de amanhã o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que unifica as diferenças existentes entre a variação europeia da língua e a brasileira.

Em comunicado divulgado hoje, o conglomerado dirigido pelo ex-primeiro-ministro português Francisco Pinto Balsemão, espera que o processo de adaptação esteja concluído no dia 28 de junho.

O Acordo, que entrou em vigor em Portugal em janeiro após um longo processo de negociação, já foi adaptado pela agência de notícias *Lusa*, a principal em português, e pelo jornal desportivo *Record*, uma dos mais lidos do país.

Pinto Balsemão argumentou que o grupo não podia ficar alheio a este movimento porque suas publicações estão "focadas no futuro e têm nos jovens uma parte muito significativa de seus leitores e consumidores".

A Impresa possui os semanários *Expresso* e *Visão*, a revista *Caras*, o cultural *Jornal das Letras*, a económica *Exame*, assim como o canal televisivo *SIC*, um dos principais de Portugal.

Como o nome indica, o Acordo Ortográfico supõe mudanças de ortografia, a fim de unificar o idioma, que agora é escrito de maneira diferente nos oito países de língua portuguesa que somam mais de 230 milhões de pessoas no mundo todo.

A norma foi estabelecida inicialmente em 1990 pela Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

No Brasil, ele entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2009, após ser ratificado em 2006 junto com Cabo Verde e São Tomé, enquanto Portugal, em meio a uma grande polémica, o aprovou ano passado.

20) *"Os portugueses sempre se consideraram os donos da língua. Hoje há vários donos"*

Entrevista com Evanildo Bechara Por Fabiana Godoi, São Paulo

Evanildo Bechara, de 82 anos, gramático e filólogo, considerado o pai do acordo ortográfico no Brasil e coordenador da Comissão da Academia Brasileira de Letras, diz acreditar plenamente no sucesso do acordo ortográfico e crítica os que afirmam que Portugal sofreu mais mudanças do que o Brasil. "Quem diz isso não leu o acordo".

O que houve foi uma reforma ou um acordo?

É importante esclarecer isso. No Brasil houve uma reforma em 1946 e, em Portugal, em 1945. Aí sim foi uma reforma. Agora não. Não houve uma reforma da ortografia. Houve um acordo nos pontos em que havia desacordo. A discordância maior era que no Brasil havia excesso de acentos diferenciais. E, em Portugal, do emprego de consoantes que não se articulam, como por exemplo "diretordirector".

Um ano e meio depois de ter sido adotado, como avalia a repercussão do acordo entre a população brasileira?

Tanto em Portugal como no Brasil, todos os órgãos que passaram a usar o acordo são unânimes em dizer que as mudanças são mínimas.

Mas em Portugal houve uma resistência grande, maior inclusive do que no Brasil...

A crítica em Portugal é a de que os brasileiros estão mais interessados e se acham mais ávidos porque os portugueses vão ter que alterar mais do que os brasileiros. Não é verdade. Quem diz isso não leu o acordo. Na realidade, a única mudança séria porque vai passar Portugal e os países africanos é a não-escrita das consoantes não articuladas, o que é bom do ponto de vista pedagógico. Como é que uma criança que está começando a escrever em Português vai escrever "EgitoEgito" se ela não ouve este p? Como vai escrever "diretordirector" com c se ela não ouve deste jeito? Na reforma para os portugueses, a maior dose é esta. Enquanto nós, brasileiros, vamos ter que abolir o trema, abolir o acento agudo nos ditongos abertos... O brasileiro pronuncia "idéia", mas vai escrever ideia. Os brasileiros vão deixar de colocar o circunflexo em palavras como "voo" e "enjoó", deixar o circunflexo em "leem", "veem". Os brasileiros vão ter mais mudanças que os portugueses.

Esperava essas críticas?

Toda a mudança se acompanha de uma de três atitudes: ou uma crítica veemente, ou uma adesão ardorosa ou desdém, ou seja, as pessoas que vão ignorar o acordo e continuar a escrever como antes. E, neste ponto, está certo. Porque uma mudança ortográfica não é para a geração que a faz. É para a geração futura. É para tentar simplificar o ensino da língua para as crianças e também para os estrangeiros. A unificação ortográfica tem não somente o aspeto de unir duas ortografias oficiais numa só, como facilitar a aprendizagem da língua pelas crianças.

Como o senhor analisa a relação dos portugueses com a língua e com mudanças como o acordo?

Os portugueses sempre se consideraram os donos da língua. Hoje há vários donos. Somos todos donos, todos nós que a utilizamos como língua materna e como língua de expressão. Agora esta parte histórica cabe a Portugal. Este foi o grande património linguístico que Portugal nos deixou e que nós estamos honrando. Cândido de Figueiredo, no prefácio da terceira edição do seu dicionário, diz lá textualmente que os portugueses sempre aprenderam gramática com os brasileiros. Hoje Portugal tem excelentes gramáticas, mas até há pouco tempo tinha poucas, em relação aos brasileiros. Os portugueses amam a língua, como os brasileiros também o fazem.

Como avalia o ritmo a que o acordo tem sido adotado?

No Brasil, a adoção foi geral. Livros didáticos, não-didáticos, a imprensa. Em Portugal, pouco a pouco (cita o jornal *Expresso*). É um movimento. Para o grande público a ortografia é memória visual. Ele escreve a palavra como vê a palavra escrita. Nos jornais, livros, televisão, todos escrevendo de acordo com as mudanças, a população vai aderir. No Brasil, este acordo estará totalmente implantado em menos de um ano e meio.

Alguns críticos dizem que este acordo é um gasto desnecessário de dinheiro, uma imposição das academias. O que acha disso?

A ortografia já teve inúmeras reformas. Ninguém ficou pobre por causa disso. Disse-se que a reforma veio de cima para baixo. Acontece que todas as reformas, as leis que têm efeito coletivo, vêm de cima para baixo. São leis a que você obedece naturalmente.

<http://jornal.publico.pt/noticia/10-06-2010/os-portugueses-sempre-se-consideraram-os-donos-da-lingua- hoje-ha-varios-donos-19576308.htm>

21) Angola pede moratória para ratificar Acordo Ortográfico do português

Lisboa - Angola solicitou uma moratória de três anos para ratificar o Acordo Ortográfico da língua portuguesa pela necessidade de incluir o vocabulário nacional no da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), noticiou a Angop. A informação foi dada, na capital portuguesa, pelo deputado Luís Reis Cuanga, integrante da delegação angolana à II Assembleia Parlamentar da CPLP aberta segunda-feira. Segundo o parlamentar, Angola, que ainda não ratificou o acordo à semelhança de Moçambique, solicitou três anos para que possa implementar na totalidade este instrumento, pois entende "que deve haver reciprocidade na sua aplicação, com a integração do vocabulário angolano no comum". Para Reis Cuanga, deve haver uniformização na escrita, devendo, como exemplificou, escrever-se "kwanza" em vez de "cuanza" como se pretende no novo acordo ortográfico da língua portuguesa. Para além de Angola e Moçambique, fazem igualmente parte da CPLP Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=9640727&canal=403>

22) Conversor ortográfico Lince ainda não é o oficial

Jornal Público Informativo -Notícia 2010-06-08 07:57:00

Conversor ortográfico Lince ainda não é o oficial

Há outros conversores no mercado e cada um está ligado a um Vocabulário Ortográfico diferente, o que pode criar dúvidas aos utilizadores. É por isso que, "muito em breve", o Conselho de Ministros decidirá qual deles passa a ser o normativo. Essa decisão é fundamental, disse a ministra, para se poder avançar para a aplicação do Acordo nos documentos do Estado e no sistema de ensino. Depois de a tomar, o Conselho de Ministros deverá decidir "o faseamento da aplicação" do Acordo pelos organismos públicos, afirmou Canavilhas, sem querer adiantar datas. O Lince, que está já disponível no Portal da Língua Portuguesa (www.portaldalinguaportuguesa.org), de onde pode ser descarregado gratuitamente, é o único conversor que foi encomendado e pago pelo Governo. Desenvolvido pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC), uma associação privada sem fins lucrativos ligada à Fundação para a

Ciência e a Tecnologia, à Universidade de Lisboa e à Universidade Nova de Lisboa, o Lince é financiado pelo Fundo da Língua Portuguesa, gerido pelo Instituto de Apoio ao Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Direção-geral do Tesouro e das Finanças. Antes da apresentação do Lince, uma manifestação convocada, pela Internet, para a frente do Palácio da Ajuda, contra o novo Acordo Ortográfico, **contou apenas com três aderentes, segundo noticiou a agência Lusa.** ▲

23) **COMUNICADO À IMPRENSA**

«Não pedimos, não queremos, e, sobretudo, não precisamos.»

António Emiliano, *Foi Você que Pediu um Acordo Ortográfico?*

Lisboa, Guimarães Editores, 2008, p. 30

Lisboa, 4 de junho de 2010 – Está convocada uma **manifestação de protesto contra o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 (AOLP), na próxima segunda-feira, dia 7 de junho de 2010, pelas 17 horas, em frente ao Palácio Nacional da Ajuda, na cidade de Lisboa**, durante a apresentação de dois instrumentos [o Vocabulário Ortográfico do Português (VOP) e o conversor para o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (AOLP)], da autoria do Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC).

O *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* promoveu o lançamento destes dois instrumentos, salientando que “este evento constitui o reconhecimento oficial, para além do da comunidade científica, da validade e do rigor do trabalho desenvolvido pelo ILTEC”.

Não existe qualquer reconhecimento, nem por parte da comunidade científica nem da opinião especializada, da validade da base científica do AOLP, que é a estrutura em que se sustenta este trabalho do ILTEC. Basta ler-se a extensa bibliografia sobre o assunto, para se perceber este facto.

O único parecer que sustenta o AOLP é da autoria de João Malaca Casteleiro, coautor do AOLP. Poderá haver parecer mais parcial e menos científico? Não pode.

João Malaca Casteleiro não faz parte da equipa que elaborou o VOP do ILTEC. João Malaca Casteleiro é responsável pela organização científica de outro Vocabulário, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) da Porto Editora. Na badana da contracapa desse VOLP pode ler-se a seguinte referência a Malaca Casteleiro: «o representante da República Portuguesa que participou nos encontros que conduziram à elaboração do Anteprojeto [sic] de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa e liderou a equipa técnica que assinou o Acordo Ortográfico em 1990», Como é que o coautor do AOLP não é tido nem achado no VOP do ILTEC e como é permitido que se venda o seu VOLP sem se avisar que não é o oficial?

Como se permite que haja simultaneamente estes dois vocabulários em venda livre no território português, ao qual se junta um terceiro, o VOLP da Academia Brasileira de Letras, que Margarita Correia, principal responsável pelo VOP do ILTEC, considerou não se aplicar à realidade do português europeu? Como se explica que esteja no prelo um outro Vocabulário, o Vocabulário da Língua Portuguesa (VLP) da Academia das Ciências, anunciado em comunicado no dia 25 de junho de 2009? Quatro vocabulários?

Com tanta confusão de dois acrónimos e uma sigla, com dois VOLPs, um VOP e um VLP, mais um vocabulário em linha da Priberam, mais os VOLPs, VOPs e VLPs que qualquer Estado de língua oficial portuguesa poderá propor, a pergunta essencial mantém-se por responder: **onde está o “vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa”, previsto no artigo 2.º do AOLP?** Quantos mais VOLPs, VOPs e VLPs serão necessários para se perceber que este processo nasceu torto e que assim morrerá?

Qualquer Vocabulário oficial deverá considerar todas as facultatividades, que se revestem de carácter irrestrito no AOLP, e basear-se no conhecimento das pronúncias portuguesas vigentes em todo o espaço lusófono. A missão revela-se impossível, devido ao suspeito “critério fonético (ou da pronúncia)”. Se o Acordo não tivesse sido concebido com “um certo detrimento” para os aspetos técnicos, privilegiando-se a componente política, não teríamos chegado a este ponto.

Deve assumir-se a falência do projeto e não tentar atribuir-se uma aparência de qualidade técnica a algo que só politicamente poderia ter recebido qualquer espécie de aprovação. Do ponto de vista linguístico, o objeto em causa foi amplamente reprovado.

Não há estudos sobre as implicações no ensino de uma ortografia alfabética que se baseie simultaneamente no “critério fonético (ou da pronúncia)” da Base IV do AOLP e na “etimologia” das Bases II e V. Antes pelo contrário. Maria Helena Mira Mateus, do ILTEC, disse que “a ortografia portuguesa é fonológica e etimológica, e não fonética”.

A Base IX, 9.º do AOLP determina que “parapára” se escreva “para”. Dos meios de comunicação que adotam o AOLP, nenhum respeita esta determinação. Onde está o rigor?

Não há rigor nem consenso sobre as virtudes do AOLP.

Há uma maioria de razão sobre os defeitos do AOLP.

Pela Língua Portuguesa, pela seriedade científica, pelo nosso futuro, protestamos contra o alto patrocínio de um instrumento imposto, sem estudos técnicos, seriamente comprometedor para todos os que nele se envolveram e cujos malefícios para a realidade escrita da língua portuguesa são evidentes e para a realidade da língua falada manifestamente previsíveis.

Manuel Gaspar

Criador do grupo do Facebook -Antiacordo ortográfico
(18 258 membros, em 4/6/2010)

Francisco Miguel Valada,

autor de *Demanda, Deriva, Desastre - os três dêes do Acordo Ortográfico*
(Textiverso, 2009)

24) Mia Couto diz que "há línguas moçambicanas que correm o risco de desaparecer"

O escritor moçambicano considera que a "valorização da língua portuguesa não pode ser construída às expensas do rico património linguístico de Moçambique".

Da Redação, com Angop



Mia Couto

Maputo - O escritor moçambicano Mia Couto defendeu a equiparação das línguas moçambicanas com o português, por eventual risco de os idiomas de Moçambique desaparecerem devido à suposta redução de adeptos.

"Há línguas moçambicanas que correm o risco de desaparecer. Há escolas que continuam a proibir os estudantes de se exprimirem nas suas próprias línguas dentro do recinto escolar", disse Mia Couto, durante um encontro, em Maputo, sobre o Dia da Língua e Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), transcorrido ontem. Mia Couto, o escritor moçambicano que mais vende e com mais livros traduzidos no mundo, lançou "Recados para dentro de Moçambique: nacionalizar todas as línguas nacionais", um "desafio" que, disse, visa "criar diversidade, sem hegemonia", entre o português e as 28 línguas moçambicanas. O escritor moçambicano considera que a "valorização da língua portuguesa não pode ser construída às expensas do rico património linguístico de Moçambique", daí que "o desafio é criar diversidade, sem hegemonia". "Mas não creio que nos aproximemos dessa meta", frisou. Contrariado com a introdução do novo acordo ortográfico do português, Mia Couto considera que a ideia da mudança da grafia resulta de "soluções folclóricas" e exortou a "uma certa vigilância". "O que trago como sugestão, nesta matéria, é um apelo para uma certa vigilância. Tenhamos cautela com as soluções folclóricas, que parecerem inovadoras, mas que são apenas cópia do que fazem os vizinhos", disse Mia Couto. A propósito do novo acordo ortográfico, o professor Lourenço do Rosário, reitor da Universidade Politécnica de Moçambique, destacou o "olhar desconfiado dos africanos" em relação às alterações da grafia portuguesa. "Tendo sido o acordo ortográfico ou o processo de elaboração deste uma das primeiras iniciativas de reflexão comum sobre a língua, fica patente o olhar desconfiado dos africanos, sobretudo de Angola e Moçambique, quer do ponto de vista científico, quer do ponto de vista político, cujas sequelas persistem até hoje, embora com menor intensidade", considerou. Moçambique ainda não ratificou o novo acordo ortográfico.

<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=9948500&canal=403>

25) Timor-Leste: A língua Portuguesa em Dúvida

2010-05-03 22:29:46

Distância geográfica como argumentos

Dili - A manutenção do Português como língua oficial de Timor-Leste tem vindo, nos últimos meses, a ser questionada por «várias vozes» da sociedade timorense. Na base das críticas estão argumentos como a distância geográfica que separa o país de qualquer um dos seus parceiros da CPLP e o facto de grande parte da população entender as línguas dos dois principais países vizinhos (bahasa indonésio e inglês). Muitos defendem ainda que o próprio Tétum poderia assumir em exclusividade o papel de língua oficial. No entanto, é normalmente omitida a existência de pelo menos 15 variantes do Tétum e muitos outros dialetos locais. Omitido é também o facto de o Tétum ser uma língua incompleta que continua a assimilar neologismos, designadamente do Português. Hoje, a língua portuguesa é um símbolo da identidade nacional timorense, depois de se ter tornado o principal veículo de comunicação durante os anos da Resistência à ocupação indonésia. Este «papel central na civilização timorense» é reflexo da ligação existente entre o português e o tétum, segundo a expressão do linguista australiano Geoffrey Hull, que aponta também as eventuais consequências negativas que poderiam advir da adoção da língua de Shakespeare para o desenvolvimento da própria língua nacional. A batalha da língua, muitas vezes travada na sombra do poder, ganhou novo élan em março com as declarações do CEMGFA Taur Matan Ruak, um reconhecido defensor da herança nacional, a propósito do uso do Português como língua nos tribunais. Divulgadas à exaustão como sinal oficial de desacordo à manutenção do português como língua oficial, saíram reforçadas pelas declarações do n.º 2 das Nações Unidas, Finn Reske Nielsen, na Conferência Internacional de Dili em abril, em que este questionou, de forma aberta, o uso da língua portuguesa em Timor-Leste. Declarações estranhas para a habitual política de neutralidade das Nações Unidas mas que foram obviamente aproveitadas pelos anglofonos para atacar um dos elementos do património histórico timorense.

Kirsty Gusmão, Embaixadora da Boa Vontade para a Educação, também nomeada Presidente da Comissão Nacional de Educação (CNE) - e esposa do Primeiro-ministro Xanana Gusmão - tem usado como estratégia para a defesa do Tétum o ataque à língua lusa, posição

habitualmente mantida pela comunidade anglo-saxónica. No entanto, esta estratégia poderá acabar por se revelar a prazo perigosa. A alfabetização na língua materna agravará ainda mais a fragmentação linguística existente na ilha do crocodilo, expondo as divisões etnolinguísticas que subsistem no território. Por outro lado, dada a relação de absorção entre o tétum e o português, o afastamento do segundo pode resultar numa vulnerabilidade do primeiro. Paralelamente, o afastamento do português, até agora visto como fator diferenciador no enquadramento geoestratégico e passível de trazer vantagens pela integração numa comunidade de 200 milhões de falantes, esconde-se sob o véu de uma estratégia para a educação. A realidade demonstra as limitações que tal estratégia pode encobrir. O relatório a apresentar, até ao final de 2010, pelo Grupo de Trabalho para a Linguagem na Educação, criado pela CNE, com o propósito de defesa do Tétum, pode abrir as portas à implosão de todo o esforço de preservação da herança cultural e histórica. Além disso, nesta tentativa de abolição da língua portuguesa, e de defesa do inglês e do bahasa indonésio, não será de esquecer a interferência de novos atores, e dos seus interesses em vários setores, que têm vindo, progressivamente, a assumir as suas tendências externas. O português é hoje falado no mundo por mais de 200 milhões de pessoas e a sua crescente relevância no mundo moderno reflete-se na sua adoção como língua de trabalho em diversas organizações internacionais. Não será por acaso que uma das portas de entrada da China em África ocorre por via do Fórum Macau, sustentado pela partilha da mesma língua. O acordo ortográfico veio também limar os obstáculos que travavam uma maior expansão linguística, permitindo a sua plena assunção como quinta língua com mais falantes no mundo, e a prazo, uma das línguas oficiais das Nações Unidas. <http://www.jornal.st/noticias.php?noticia=7485> (c) PNN Portuguese News Network

26) A imprensa e o Acordo Ortográfico



Carlos Alberto Faraco - 15/01/2009

Em 2008 e começos de 2009, um dos grandes temas da imprensa brasileira foi a questão ortográfica decorrente do Acordo assinado pelos países de língua oficial portuguesa em 1990, cujas disposições passaram a vigorar, no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2009, com prazo de quatro anos para sua definitiva implantação (para mais informações sobre o Acordo, consulte nossos dois artigos anteriores – “Mudanças ortográficas” e “Nova ortografia”).

De início, achei que seria um tema que não daria muito trabalho aos jornalistas e que a população seria adequadamente informada. Redondo engano. A cobertura da imprensa foi, em geral, desastrosa, deixando um saldo de desinformação, insegurança e confusão.

Como sou membro da Comissão Brasileira do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, órgão da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, fui entrevistado por dezenas de jornalistas de várias partes do país. Fiquei espantado com o desconhecimento desses profissionais sobre o tema e com suas dificuldades para compreendê-lo e bem tratá-lo jornalisticamente. Confesso que me perguntei muitas vezes se vale a pena ler jornais e revistas. Será que todos os temas são mal tratados e maltratados como tem sido a questão ortográfica?

Selecionei, para esta coluna, algumas impropriedades, imprecisões e incorreções que têm sido comuns nas matérias da imprensa sobre o Acordo Ortográfico. Sou meio obsessivo com a informação precisa e com o trato qualificado (e, por que não dizer, ético) de qualquer tema.

O professor Adilson Alves, que publica, às segundas-feiras uma coluna muito arejada sobre questões de língua portuguesa no jornal Gazeta do Povo (Curitiba), disse, com toda razão, em seu artigo do dia 5 de janeiro último, que a língua é de todos, mas que, “se prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, qualificar o debate sobre nossa língua também não causará dano algum”. Os comentários que faço abaixo têm o exclusivo objetivo de contribuir para qualificar um pouco o debate.

1. A unificação ortográfica (objetivo do Acordo) foi, muitas vezes, confundida com uma pretensa ‘unificação da língua’. Chegou-se a acusar o Acordo de ineficaz (e até de inútil) porque o léxico e a pronúncia continuariam diferentes nos diversos espaços em que a língua é falada. Ora, em nenhum momento o Acordo teve como objetivo mais do que resolver a duplicidade de ortografias (a lusitana e a brasileira), fato esdrúxulo que nos vinha perturbando há quase um século.

Unificar a língua (como alguns jornalistas imaginaram que estaria em pauta) não é nem desejável, nem possível: a língua expressa a experiência histórica e cultural das populações que a falam. Como estas experiências são necessariamente diferentes, a língua terá também

características características próprias em cada um dos seus espaços. Essa diversidade constitui um patrimônio inestimável. Nunca um problema.

Quando se discute matéria linguística, um princípio básico é jamais confundir fatos de língua com fatos de sua representação gráfica. São duas realidades diversas, com características características e dinâmicas próprias.

2. A unificação ortográfica foi transformada em “reforma ortográfica”. O Acordo de 1990 não propôs uma “reforma” da ortografia. Ou seja, em nenhum momento se mexeu nas linhas mestras do sistema ortográfico. O que o Acordo estabeleceu foram pequenas mudanças (todas marginais, nenhuma nuclear) para garantir o fim da duplicidade ortográfica.

No fundo, a ortografia portuguesa passou apenas por uma reforma – quando se adotou a ortografia simplificada no início do século XX. Naquela ocasião, os fundamentos do sistema foram alterados. Daí para frente o que ocorreu foram apenas sucessivas tentativas de unificação (todas, diga-se de passagem, frustradas pelo não cumprimento pelo Brasil daquilo que acordava com Portugal).

3. Raramente se teve o entendimento da dimensão política da unificação ortográfica. O Acordo foi uma medida de política linguística – a primeira definida em conjunto por todos os países que têm a língua portuguesa como oficial. Buscou-se com ele superar um conflito no interior da lusofonia com vistas a assentar bases para um esforço coletivo de promoção da língua seja no interior da Comunidade (há muito o que fazer aí em termos educacionais e culturais), seja além-fronteiras. O português, com aproximadamente 220 milhões de falantes, é hoje a terceira língua europeia mais falada no mundo (perde apenas para o inglês e o espanhol). No entanto, por embaraços como a duplicidade de ortografias, não tem conseguido uma projeção internacional equivalente a seu peso demográfico e à sua distribuição geográfica.

4. Em geral, não se situou historicamente nem o Acordo em si, nem a questão ortográfica. Por perder a história, a imprensa não foi capaz de apresentar adequadamente o sentido do Acordo e não poucas vezes deu a impressão de que ele não passava de invencionice de filólogos ociosos.

5. Deu-se uma medida exageradamente desproporcional ao tamanho das mudanças. As mudanças são poucas e alcançam apenas margens do sistema ortográfico. Nada de substancial se alterou. No entanto, como as mudanças unificadoras foram apresentadas como uma (grande) “reforma” ortográfica, perdeu-se de vista a real dimensão de seus (diminutos) efeitos materiais.

6. Exagerou-se o custo da aprendizagem das mudanças. De novo, como a unificação foi apresentada como uma (grande) “reforma” ortográfica, ficou no ar a impressão para muitos leitores dos jornais e revistas (conforme se pôde perceber pelas cartas enviadas para as colunas do leitor) de que as pessoas teriam de passar por um novo processo de alfabetização, como se no dia 1º de janeiro de 2009 todos acordássemos analfabetos.

Um jornalista me perguntou quanto tempo uma pessoa precisaria para dominar as mudanças. Quando lhe disse que bastariam uns quinze minutos, ele ficou espantadíssimo e insistiu: “Quinze minutos por dia? Por quanto tempo?” Foi difícil convencê-lo de que bastavam quinze minutos no total.

7. Superdimensionaram-se os efeitos econômicos. Muitos pensaram que a implantação do Acordo demandaria a substituição de todo o acervo bibliográfico dos oito países. Sairíamos por aí a queimar livros e a destruir bibliotecas e isso, claro, seria um gasto absurdo. No entanto, nada disso prevê o Acordo (nem poderia). Aliás, nem quando foi adotada a ortografia simplificada isso ocorreu e ainda hoje encontramos livros publicados nas caóticas ortografias anteriores a ela em nossas bibliotecas. São livros que podem exigir um esforço de leitura para quem não foi alfabetizado naquelas ortografias. Mas são, em geral, legíveis e não foi preciso queimar nenhum livro.

A ortografia unificada obviamente só pode valer para novas publicações. Para evitar gastos desnecessários é que se estabeleceu o prazo de quatro anos para sua definitiva implantação. Livros em primeira edição sairão na ortografia unificada (nenhum gasto aqui além do custo básico de uma edição). Livros em segunda ou sucessiva edição poderão ser publicados ainda por quatro anos na ortografia anterior (não haverá necessidade alguma de substituir matrizes).

Outros afirmaram que teríamos de jogar no lixo todos os nossos dicionários e comprar novos. Um exagero, sem dúvida. Minha edição do *Caldas Aulete* é anterior à lei que aboliu o circunflexo diferencial. Nem por isso eu o joguei, à época, no lixo. Continua tão útil quanto há quarenta anos. Desta vez, basta ter uma listinha com os acentos que desaparecem e com as novas regras do hífen em palavras compostas com prefixos (veja, neste mesmo site, meu artigo “Nova ortografia”). Talvez uma brochura de umas poucas páginas. No máximo, o novo *Vocabulário Ortográfico* a ser publicado em fevereiro. Eu, aliás, sugeri na Comissão da Língua Portuguesa que houvesse uma edição simplificada do *Vocabulário Ortográfico* contendo apenas as poucas palavras que terão nova forma gráfica em decorrência do Acordo. Um livreto de umas dez páginas. Coisa para dois reais, se tanto. Minha proposta não foi encanada. Mas acho que um editor com olho no mercado saberá tirar proveito dela.

Quanto aos livros didáticos (a produção editorial quantitativamente mais expressiva no Brasil), nada vai além dos custos normais de edição. Só os livros a serem distribuídos a partir de 2010 deverão ser publicados na ortografia unificada. Os distribuídos em 2009 e em anos anteriores serão utilizados, sem qualquer problema, durante o período de três anos como é de praxe no Programa Nacional do Livro Didático.

Um jornalista me disse que as escolas estão exigindo que seus alunos tenham, já em 2009, dicionários na ortografia unificada. Se isso é verdade, é, sem dúvida, um despropósito. De um lado, porque as duas ortografias estarão em vigor durante os próximos quatro anos. De outro lado, porque ter um dicionário na ortografia antiga não inviabiliza sua utilização e, mais, pode ser um instrumento pedagógico excelente para apresentar as mudanças (que, insisto, são poucas).

Há quem ache que isso causará confusão na cabeça das nossas crianças e adolescentes. Prefiro apostar na inteligência de nossas crianças e adolescentes. Estou completando, em março próximo, quarenta anos de magistério. Sempre apostei na inteligência dos meus alunos e nunca me arrependi.

Por fim, os corretores automáticos de nossos computadores começam a ser substituídos gratuitamente. Por ora, basta umas pequenas operações para evitar que eles corrijam o que não mais precisa ser corrigido.

Nesta questão toda, não vi ninguém avaliar os custos da existência de duas ortografias. Um mesmo livro, para poder circular em todo o espaço lusófono, precisava ter duas edições diferentes. Ninguém calculou o que custou, por exemplo, adaptar o Dicionário Houaiss à ortografia lusitana para que ele pudesse circular em Portugal. Ou, o custo das duas ortografias nos organismos internacionais em que o português é língua oficial: para a preparação de qualquer documento, tinha de haver duas equipes, uma para a ortografia lusitana, outra para a brasileira. Não é à-toa que a ONU, por exemplo, não tenha nunca tido interesse em oficializar o português.

8. Raramente se destacaram os aspetos positivos da unificação. Primeiro, o alcance político de um processo que levou um século para se materializar. E, do ponto de vista estritamente ortográfico, o descarte de regras pouco genéricas (o que sobrecarregava o sistema com acentos inúteis) e uma certa racionalização do uso do hífen nos compostos com prefixos, com a adoção de regras mais gerais. Neste aspeto específico, não alcançamos o melhor dos mundos (um uso totalmente racional do hífen), mas melhoramos bastante.

9. Três observações

a) A imprensa deu grande (e desmedido) destaque à “incorporação” das letras k, w, y ao alfabeto. Em geral, foi o item que apareceu sempre em primeiro lugar na lista das mudanças. Houve até quem me perguntasse – revelando total desconhecimento da história dessas letras e do disposto no Formulário Ortográfico de 1943 e no texto do Acordo – se não estaríamos nos rendendo de vez ao inglês... Acredito que os comentários que fiz no artigo “As letras k, w, y”, neste mesmo site, são suficientes para esclarecer a questão;

b) A imprensa sugeriu, algumas vezes, que o fato de o Acordo ter mantido as duas possibilidades de acentuar palavras como económico/econômico, colónia/colônia, etc. (respeitando o timbre aberto mais comum em Portugal e o timbre fechado mais comum no Brasil) significaria que o português continuaria a ter duas ortografias. A interpretação é incorreta. A ortografia unificada admite, nestes casos, duas formas gráficas para a mesma palavra (o que já ocorre em alguns casos) – qualquer uma delas será possível em todo o espaço lusófono. Até aqui, se um português grafasse económico ou um brasileiro grafasse económico, estariam ambos cometendo um erro ortográfico. A partir da vigência do Acordo não mais;

c) Este texto está integralmente de acordo com a ortografia unificada. Você notou?

· **Carlos Alberto Faraco é Professor Titular (aposentado) de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Paraná.**

· E-mail para contato: deolhonalingua@ufpr.br

http://www.cbncuritiba.com.br/index.php?pag=noticia&id_noticia=20960&id_menu=148&conjunto=&id_usuario=¬icias=&id_loja=&PHPSESSID=667abfeab7afd8e3d2b8d57214b16ba4



NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO NORMAS RESUMIDAS AQUI

Alfabeto Nova Regra

Regra Antiga

Como Será

O alfabeto é agora formado por 26 letras

O "k", "w" e "y" não eram consideradas letras do alfabeto.

Usadas em siglas, símbolos, nomes próprios, palavras estrangeiras e derivados.
Ex.º: km, watt, Byron, byroniano

Trema Nova Regra

Não existe o trema em língua portuguesa. Apenas em nomes próprios e derivados, por exemplo: Müller, mülleriano

Regra Antiga

agüentar, consequência, cinqüenta, quinquênio, frequência, freqüente, eloqüência, eloqüente, argüição, delinqüir, pingüim, tranqüilo, lingüiça

Como Será

aguentar, consequência, cinquenta, quinquênio, frequência, frequente, eloquência, eloquente, arguição, delinquir, pinguim, tranquilo, língua

Acentuação Nova Regra

Ditongos abertos (ei, oi) não são acentuados em palavras paroxítonas

Obs.1: nos ditongos abertos de palavras oxítonas e monossílabas o acento continua: herói, constrói, dói, anéis, papéis.

Obs 2: o acento no ditongo aberto "eu" continua: chapéu, véu, céu, ilhéu.

Regra Antiga

assembléia, platéia, idéia, colméia, boléia, panacéia, Coreia, hebréia, boia, paranoia, jiboia, apóio, heroico, paranoico

Como Será

assembleia, plateia, ideia, colmeia, boleia, panaceia, Coreia, hebreia, boia, paranoia, jiboia, apoio, heroico, paranoico

Nova Regra

O hiato "oo" não é mais acentuado

Regra Antiga

enjôo, vôo, corôo, perdôo, côo, môo, abençôo, povôo, creem, deem, leem, veem, descreem, releem, reveem

Como Será

enjoo, voo, coroo, perdo, coo, moo, abençoo, povoo, creem, deem, leem, veem, descreem, releem, reveem

O hiato "ee" não é mais acentuado

Nova Regra

Não existe o acento diferencial em palavras homógrafas

Obs: o acento diferencial ainda permanece no verbo "poder" (3ª pessoa do Pretérito Perfeito do Indicativo - "pôde") e no verbo "pôr" para diferenciar da preposição "por"

Regra Antiga

para (verbo), pela (substantivo e verbo), pelo (substantivo), pera (substantivo), péra (substantivo), polo (substantivo)

Como Será

para (verbo), pela (substantivo e verbo), pelo (substantivo), pera (substantivo), polo (substantivo),

Nova Regra

Não se acentua mais a letra "u" nas formas verbais rizotônicas, quando precedido de "g" ou "q" e antes de "e" ou "i" (gue, que, gui, qui)

Não se acentua mais "i" e "u" tônicos em paroxítonas quando precedidos de ditongo

Hífen Nova Regra

O hífen não é mais utilizado em palavras formadas de prefixos (ou falsos prefixos) terminados em vogal + palavras iniciadas por "r" ou "s", sendo que essas devem ser dobradas.

Obs : em prefixos terminados por "r", permanece o hífen se a palavra seguinte for iniciada pela mesma letra: hiper-realista, hiper-requintado, hiper-requisitado, inter-racial, inter-regional, inter-relação, super-racional, super-realista, super-resistente etc.

Nova Regra

O hífen não é mais utilizado em palavras formadas de prefixos (ou falsos prefixos) terminados em vogal + palavras iniciadas por outra vogal

Obs. 1: esta nova regra uniformiza exceções já existentes antes: antiaéreo, antiamericano, socioeconómico etc.

Obs. 2: esta regra não se encaixa quando a palavra seguinte iniciar por "h": anti-herói, anti-higiênico, extra-humano, semi-herbáceo etc.

Regra Antiga

argui,
apazigue,
averigue,
enxague,
enxaguemos,
oblique
baiúca,
boiúna,
cheiinho,
saiinha,
feiúra,
feíume

Regra Antiga

ante-sala,
ante-sacristia,
autorretrato,
antissocial,
antirrugas,
arquirromântico,
arqui-rivalidae,
autoregulamentação,
autossugestão,
contrassenso,
contrarregra,
contrassenha,
extra-regimento,
extrassístole,
extrasseco,
infrassom,
ultrassonografia,
semirreal,
semissintético,
suprarrenal,
suprassensível

Regra Antiga

autoafirmação,
autoajuda,
autoaprendizagem,
autoescola,
autoestrada,
autoinstrução,
contraexemplo,
contraíndicação,
contraordem,
extraescolar,
extraoficial,
infraestrutura,
intraocular,
intrauterino,
neoexpressionista,
neo-imperialista,
semi-aberto,
semi-árido,

pera
(substantivo),
polo
(substantivo)
Como Será

argui,
apazigue,
averigue,
enxague,
enxaguemos,
oblique
baiuca,
boiuna,
cheiinho,
saiinha,
feiura,
feiume

Como Será

antessala,
antessacristia,
autorretrato,
antissocial,
antirrugas,
arquirromântic
o,
arquirrivalidad
e,
autorregulame
ntação,
autossugestão
contrassenso
contrarregra
contrassenha,
extrarregiment
o,
extrassístole,
extrasseco,
infrassom,
infrarrenal,
ultrarromântic
o,
ultrassonografi
a,
suprarrenal,
suprassensível

Comment [cc1]: Não foi possível alterar automaticamente esta palavra

Como Será

autoafirmação,
autoajuda,
autoaprendiza
gem
autoescola,
autoestrada,
autoinstrução,
contraexemplo
,
contraíndicaçã
o,
contraordem,
extraescolar,
extraoficial,
infraestrutura,
intraocular,
intrauterino,
neoexpression
l

Comment [cc2]: Não foi possível alterar automaticamente esta palavra

semi-automático,
semi-embriagado,
semi-obscuridade,
supraocular,
ultraelevado

ista,
neoimperialist
a,
semiaberto,
semiautomátic
o,
semiárido,
semiembriaga
do,
semiobscurida
de,
supraocular,
ultraelevado.

Nova Regra

Agora utiliza-se hífen quando a palavra é formada por um prefixo (ou falso prefixo) terminado em vogal + palavra iniciada pela mesma vogal.

Obs: esta regra foi alterada por conta da regra anterior: prefixo termina com vogal + palavra inicia com vogal diferente = não tem hífen; prefixo termina com vogal + palavra inicia com mesma vogal = com hífen

Obs 2: exceção é o prefixo "co". Mesmo se a outra palavra inicia-se com a vogal "o", **NÃO** utiliza-se hífen.

Regra Antiga

antiibérico,
antiinflamatório,
antiinflacionário,
antiimperialista,
arquiinimigo,
arquiirmandade,
micro-ondas,
microônibus,
microorgânico

Como Será

anti-ibérico,
anti-
inflamatório,
anti-
inflacionário,
anti-
imperialista,
arqui-inimigo,
arqui-
irmandade,
micro-ondas,
micro-ônibus,
micro-orgânico

Nova Regra

Não se usa hífen em compostos que perderam a noção de composição

Obs: o uso do hífen permanece em palavras compostas sem elemento de ligação e constitui unidade sintagmática e semântica, mantendo o acento próprio, bem como nas que designam espécies botânicas e zoológicas: ano-luz, azul-escuro, médico-cirurgião, conta-gotas, guarda-chuva, segunda-feira, tenente-coronel, beija-flor, couve-flor, erva-doce, mal-me-quer, bem-te-vi etc

Regra Antiga

mandachuva,
paraquedas,
paraquedista,
para-lama,
para-brisa,
para-choque,
para-vento

Como Será

mandachuva,
paraquedas,
paraquedista,
para-lama,
para-brisa,
para-choque,
para-vento

Observações Gerais

O uso do hífen permanece em palavras formadas

por prefixos "ex", "vice", "soto"

por prefixos "circum" e "pan" + palavras iniciadas em vogal, M ou N

com prefixos "pré", "pró" e "pós" + palavras com significado próprio

pelas palavras "além", "aquém", "recém", "sem"

Exemplos

ex-marido, vice-presidente, soto-mestre

pan-americano, circum-navegação

pré-natal, pró-desarmamento, pós-graduação

Além-mar, além-fronteiras, aquém-oceano, recém-nascidos, recém-casados, sem-número, sem-teto

Não existe mais hífen

Em locuções de qualquer tipo (substantivas, adjetivas, pronominais, verbais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais)

Exemplos

cão de guarda, fim de semana, café com leite, pão de mel, sala de jantar, cartão de visita, cor de vinho, à vontade, abaixo de, acerca de ...

Exceções

Água-de-colônia, arco-da-velha, Cor-de-rosa, mais-que-perfeito, Pé-de-meia, ao-deus-dará, À queima-roupa

Em resumo:

Maiúsculas

Os meses do ano passam a grafar-se sem maiúscula inicial, tal como acontece com os pontos cardeais, salvo quando correspondam a uma região. A opção pela maiúscula torna-se facultativa em vários casos, incluindo títulos de obras - a primeira palavra deve ter sempre maiúscula inicial, mas as restantes podem não a ter -, tratamentos de cortesia, como Senhor

Doutor, ou nomes de disciplinas do saber (Português, Matemática). A generalidade dos topónimos mantêm a maiúscula, mas é facultativa em nomes de ruas, praças, etc. Vai ser possível escrever-se avenida dos aliados ou rua augusta.

Consoantes mudas

Quando um dos termos de uma sequência consonântica é proferido na pronúncia culta da língua, como em "pacto" ou "ficção", fica tudo como está. Se é invariavelmente mudo, como acontece nas palavras "ato", "coleção" ou "diretor", o "c" cai sempre. Pela mesma lógica, cai o "p" em "Egito" ou "perentório", sendo que neste último caso o "m" dá lugar a um "n": perentório.

Acentos

A conjugação na terceira pessoa do plural do presente do indicativo de verbos como ter, vir e ver - têm, vêm e veem - perde o acento circunflexo. Passa a escrever-se, por exemplo, "reveem". Já em "dêmos" (presente do conjuntivo), continua a aceitar-se o acento, a título facultativo, para evitar a homografia com "demos" (pretérito perfeito do indicativo). A exceção é a forma verbal "pôde", que preserva o acento. Também são banidos os acentos agudos e circunflexos que ainda se mantinham em algumas palavras graves, como em "para" ou "pelo", que passam a não se distinguir graficamente de para e pelo

Hífenes -Os redatores do novo Acordo investiram especial esforço na regularização do hífen, sobretudo nas palavras formadas por prefixação. Quando o prefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa com "r" ou "s", cai o hífen e dobra-se a consoante "contrarrelógio". Quando o prefixo termina em vogal e a palavra seguinte começa por uma vogal diferente, não se usa o hífen: "antiaéreo". Quando o prefixo termina com a vogal que inicia o elemento seguinte, usa-se o hífen: "contra-almirante". A exceção a esta regra é o prefixo "co-", que se aglutina com o elemento seguinte mesmo que este se inicie com um "o": "coocupante". Um dos exemplos que o texto do Acordo avança é "coordenar", que se torna graficamente indistinguível de "coordenar" no sentido de dirigir ou supervisionar. Os hífenes caem em algumas locuções nas quais ainda eram usados, como "fim de semana". Abrem-se exceções para outras, nas quais esse uso foi considerado generalizado, como "pé-de-meia" ou "cor-de-rosa". Uma alteração mais difícil de interiorizar é a supressão do hífen em todos os casos em que uma forma monossilábica do verbo haver se une à preposição "de". Passará a escrever-se, "hei de" e "hão de".

Palavras e expressões com ou sem hífen por Inez Sautchuk* para a Página 3 Pedagogia & Comunicação atualizadas conforme o Acordo Ortográfico.

A	D	O
a fim de	decreto-lei	olho-d'água
à queima-roupa	dente-de-leão	P
à toa ¹	depois de amanhã	pan-africano
à vontade	desumano	pan-americano
abaixo-assinado	deus nos acuda (um...)	pan-hispânico
ab-rupto ²	día a dia ⁶	para-brisa
acerca de	disse me disse (um...)	para-choque
aeroespacial	doença de Chagas	para-lama
afro-americano	E	paraquedas
afro-asiático	em cima	paraquedismo
afro-brasileiro	embaixo	paraquedista
afrodescendente	entre-eixo	para-raios
afro-luso-brasileiro	euro-asiático	pé-de-meia
agroindustrial	eurocêntrico	pingue-pongue
água-de-colônia	ex-almirante	plurianual
além-Brasil	ex-diretor	poli-hidratação
além-fronteiras	ex-presidente	pontapé
além-mar	ex-primeiro-ministro	ponto e vírgula
amor-perfeito	ex-secretária	por baixo de
andorinha-do-mar	extra-alcance	por isso
anel de Saturno	extraclasse	porta-aviões
anglomania	extraescolar	porta-retrato
anglo-saxão	extrafino	porto-alegrense
ano-luz	extraoficial	pós-graduação
antessala	extrarregular	pospor
antiaderente	extrassolar	pós-tônico
antiaéreo	extrauterino	predeterminado
antieconômico	F	preenchido
anti-hemorrágico	faz de contas (um ...)	pré-escolar
anti-herói	feijão-verde	preexistente

anti-higiênico	fim de século	preexistir
anti-ibérico	fim de semana	pré-história
anti-imperialista	folha de flandres	pré-natal
anti-infeccioso	francofone	pré-nupcial
anti-inflacionário	G	pré-requisito
anti-inflamatório	general de divisão	pressupor
antirreligioso	geo-história	primeiro-ministro
antisemita	giga-hertz	primeiro-sargento
antissocial	girassol	pró-ativo
ao deus-dará	grã-fina	proeminente
arco e flecha	grão-duque	propor
arco-da-velha	grão-mestre	pró-reitor
arco-iris	Grão-Pará	pseudo-organização
arqui-inimigo	guarda-chuva	pseudossigla
autoadesivo	guarda-noturno	Q
autoafirmação	Guiné-Bissau	quem quer que seja
autoajuda	H	R
autoaprendizagem	habeas-corpus (o...)	reabilitar
autoeducação	hidroelétrico	reabituat
autoescola	hidrelétrico	reaver
autoestima	hidrossolúvel	recém-casado
autoestrada	hidroterapia	recém-eleito
auto-hipnose	hipermercado	recém-nascido
auto-observação	hiper-raquítico	reco-reco
auto-ônibus	hiper-realista	re-edição
auto-organização	hiper-requintado	re-eleição
autorregulamentação	I	re-escrita
ave-maria	inábil	reidratar
azul-escuro	indo-chinês ⁷	retroalimentação
B	indochinês ⁸	reumanizar
Baía de Todos-os-Santos	indo-europeu	S
belo-horizontino	infra-assinado	sala de jantar
bem-aventurado	infra-axilar	segunda-feira
bem-criado	infraestrutura	sem-cerimônia
bem-dito	infrassom	semiaberto
bem-dizer	inter-hemisférico	semianalfabeto
bem-estar	inter-racial	semiárido
bem-falante	inter-regional	semicírculo
bem-humorado	inter-relacionado	semi-interno
bem-me-quer	intramuscular	semiobscuridade
bem-nascido	intraocular	semirrígido
bem-te-vi	intraoral	semisselvagem
bem-vestido	intrauterino	sem-número
bem-vindo	inumano	sem-vergonha
bem-visto	J	sobreaquecer
bendito (= abençoado)	joão-de-barro	sobre-elevação
benfazejo	joão-ninguém	sobre-estimar
benfeito	L	sobre-exceder
benfeitor	latino-americano	sobre-humano
benfeitoria	lenga-lenga	sobrepôr
benquerença	luso-brasileiro	social-democracia
benquerer	lusofobia	social-democrata
benquista	lusofonia	sociocultural
bico-de-papagaio (planta)	M	socioeconômico
bio-histórico	macroestrutura	subalimentação
biorrítmo	macrorregião	subalugar
biossocial	madressilva	subaquático
blá-blá-blá	mãe-d'água	subarrendar
boa-fé	má-fé	sub-brigadeiro
bumba meu boi	mais-que-perfeito	subemprego
C	mal de Alzheimer	subestimar
café com leite	mal-acabado	subdiretor
calcanhar de aquiles	mal-afortunado	sub-humano
cão de guarda	malcriado	subfaturar

carboidrato ³	malditoso	sub-reitor
causa-mortis (a...)	mal-entendido	sub-rogar
centroafricano ⁴	mal-estar	sul-africano
centro-africano ⁵	malgrado	superestrutura
circum-murado	mal-humorado	super-homem
circum-navegação	mal-informado	super-racional
coabitação	má-língua	super-resistente
coautor	mal-limpo	super-revista
cobra-d'água	malmequer	supraocular
coco-da-baía	malnascido	suprarrenal
coedição	malpassado	suprassumo
coeducação	malpesado	T
coenzima	malquerer	tenente-coronel
coerdar	malquisto	tico-tico
coerdeiro	malsoante	tio-avô
coexistente	malvisto	tique-taque
coexistir	mandachuva	tomara que caia
cofator	manda-lua	U
coirmão	manda-tudo	ultraelevado
comum de dois	maria vai com as outras	ultrarromântico
conta-gotas	médico-cirurgião	ultrassecreto
contra-almirante	mesa-redonda	ultrassensível
contra-ataque	mestre-d'armas	ultrassom
contracheque	microcirurgia	ultrassonografia
contraexemplo	microempresa	V
contraindicação	microestrutura	vaga-lume
contraindicado	micro-ondas	vassoura-de-bruxa
contraofensiva	micro-organismo	verbo-nominal
contraoferta	microssistema	vice-almirante
contraordem	minicurriculo	vice-presidente
contrarregra	minissaia	vice-rei
contrassenha	minissérie	vira-casaca
contrassenso	multisegmentado	X
coobrigação	N	xique-xique ¹¹
coocupante	não agressão	xiquexique ¹²
coocupar	não fumante	Z
cooptar	não me toques ⁹	zás-trás
cor de café	não violência	zé-povinho
cor de café com leite	não-me-toques ¹⁰	zigue-zague
cor de vinho	neoafricano	zum-zum
cor-de-rosa	neoexpressionista	
couve-flor	neoimperialista	
criado-mudo	neo-ortodoxo	
	norte-americano	

¹ como adjetivo ou como advérbio.

² preferível esta forma a "abrupto", também correta.

³ a forma carbo-hidrato também está correta.

⁴ refere-se à República Centro-africana.

⁵ refere-se à região central da África.

⁶ como substantivo ou como advérbio.

⁷ quando significar Índia + China; indianos + chineses.

⁸ referente à Indochina.

⁹ significando "facilidade de magoar-se".

¹⁰ planta.

¹¹ chocalho.

¹² planta.

Apoiado nas obras: BECHARA, Evanildo. *O que muda com o Novo Acordo Ortográfico*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008. INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Escrevendo pela Nova Ortografia*. Rio de Janeiro/São Paulo, Houaiss/Publifolha, 2008. GOMES, Francisco Álvaro. *O Acordo Ortográfico*. Porto, Porto Editora, 2008.

NOVO

CORRETOR

ORTOGRÁFICO

Flip7:

<http://www.flip.pt/Produtos/FLiP7/Pre%C3%A7os/tabid/211/Default.aspx>

Corretor Ortográfico Gratuito No <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/012009/05012009->

ACORDO ORTOGRÁFICO [as notícias sobre o Acordo ortográfico aqui](#) Nós seguimos a ortografia do AOLP 1990

Brasil (Vero)

[12.shl](#)

Para

baixar

gratuito

<http://www.baixaki.com.br/download/vero.htm>

**TUDO SOBRE O NOVO ACORDO
NO BRASIL**

: http://educacao.ig.com.br/acordo_ortografico/